

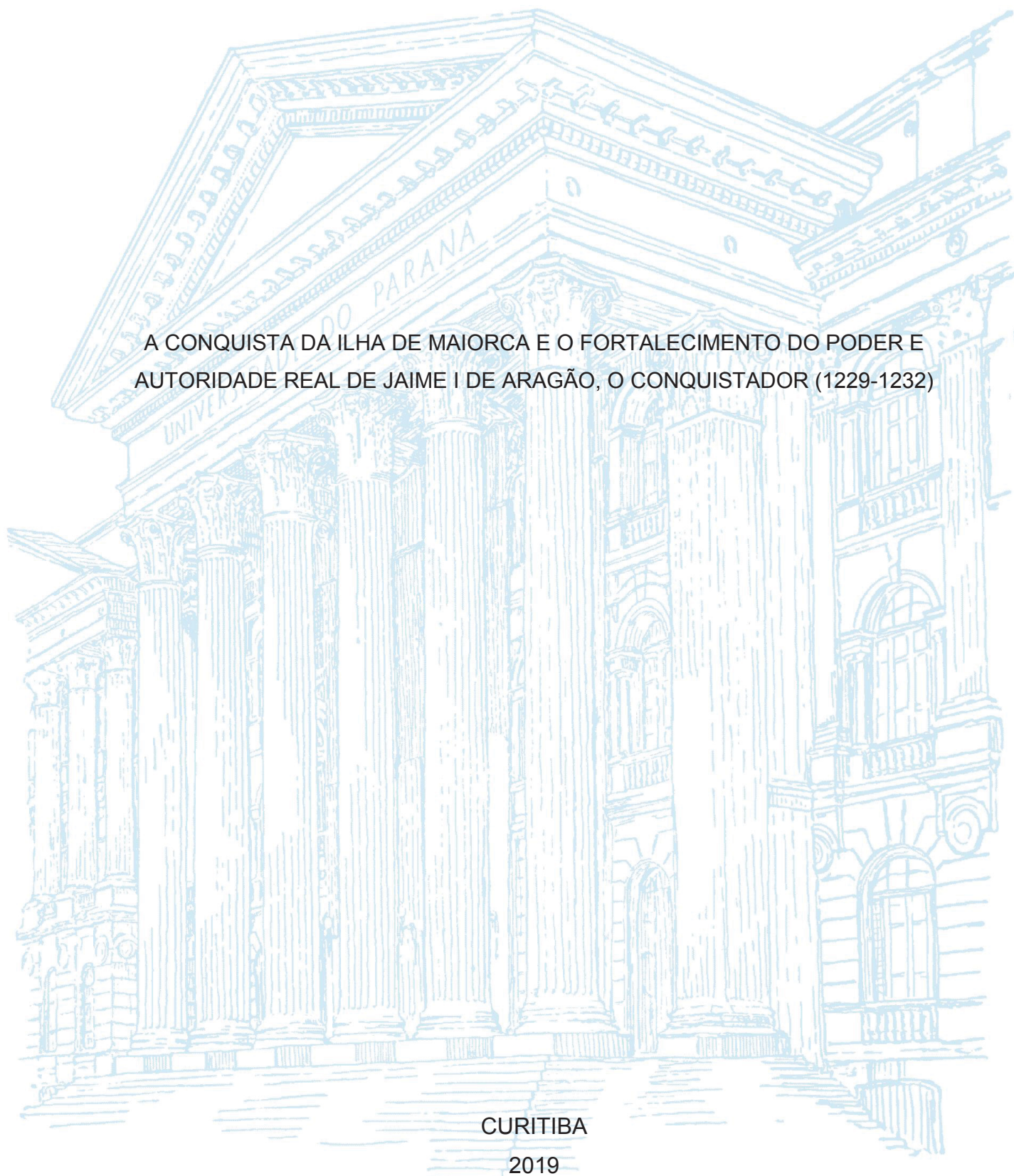
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS AUGUSTO TAVARES DA SILVA

A CONQUISTA DA ILHA DE MAIORCA E O FORTALECIMENTO DO PODER E
AUTORIDADE REAL DE JAIME I DE ARAGÃO, O CONQUISTADOR (1229-1232)

CURITIBA

2019



LUCAS AUGUSTO TAVARES DA SILVA

A CONQUISTA DA ILHA DE MAIORCA E O FORTALECIMENTO DO PODER E
AUTORIDADE REAL DE JAIME I DE ARAGÃO, O CONQUISTADOR (1229-1232)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Silva, Lucas Augusto Tavares da

A conquista da ilha de Maiorca e o fortalecimento do poder e autoridade
real de Jaime I de Aragão, o conquistador (1229 – 1232). / Lucas Augusto
Tavares da Silva. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Fátima Regina Fernandes

1. Jaime I, Rei de Aragão, 1208 - 1276. 2. Maiorca (Espanha) – História –
Conquista – 1229 -1232. 3. História medieval. I. Título.

CDD – 946.754

TERMO DE APROVAÇÃO

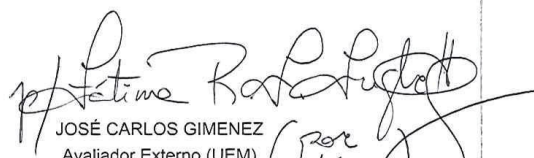
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUCAS AUGUSTO TAVARES DA SILVA**, intitulada: **A CONQUISTA DA ILHA DE MAIORCA E O FORTALECIMENTO DO PODER E AUTORIDADE REAL DE JAIME I DE ARAGÃO, O CONQUISTADOR (1229-1232)**., após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 04 de Abril de 2019.


FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO
Presidente da Banca Examinadora

ADRIANA MOZELIM
Avaliador Externo (PUC/PR)


JOSÉ CARLOS GIMENEZ
Avaliador Externo (UEM) (por Skype)



AGRADECIMENTOS

Com a conclusão de mais uma etapa da minha vida acadêmica, deixo aqui meus agradecimentos àqueles que de alguma forma tiveram participação no desenvolvimento deste trabalho.

Primeiramente, aos meus pais, que sempre me apoiaram incondicionalmente e me deram forças pra continuar mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha querida orientadora, Fátima Regina Fernandes Friguetto, por toda paciência e carinho com que me guiou no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao querido professor Renan Friguetto pelas sugestões metodológicas e bibliográficas que auxiliaram muito na execução da pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, professor José Carlos Giménez, cujos apontamentos e sugestões desde o exame de qualificação muito contribuíram para o aperfeiçoamento desta pesquisa, e professora Adriana Mocelim, que me incentivou durante os passos iniciais deste tema ainda na graduação e despertou o grande apreço que hoje tenho por História Medieval.

Ao professor Alexandro Neundorf e Natália de Medeiros por toda a ajuda prestada durante o processo seletivo para o meu ingresso no mestrado.

À querida secretária do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Maria Cristina Parzowski, por toda a ajuda com os processos burocráticos inerentes à um mestrado.

Aos meus queridos amigos da linha de pesquisa Cultura e Poder, Andréia, Celiane, Helena, Luzia, Mariana, Roberta, Thais e Willian por terem estado ao meu lado durante todo o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente nos momentos de exaustão, me dando forças para seguir em frente apesar das dificuldades.

Por fim, a presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituições às quais agradeço pelo auxílio financeiro que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

“Nunca se esqueça de quem você é, porque é certo que o mundo não esquecerá. Faça disso sua força. Assim, não poderá nunca ser a sua fraqueza. Arme-se com essa lembrança, e ela nunca poderá ser usada para magoá-lo.”
(MARTIN, 2015, p. 43)

RESUMO

A presente dissertação visa o processo de fortalecimento do poder e autoridade do rei Jaime I (1208-1276, rei de Aragão e conde de Barcelona desde 1214), cognominado o Conquistador, filho de Pedro II, o Católico, e Maria de Montpelier, o qual após passar os primeiros anos de sua infância na fortaleza francesa de Carcassone, assumiu os títulos de rei de Aragão e conde de Barcelona com apenas seis anos de idade, sendo o início de seu reinado fortemente marcado pela oposição e revoltas nobiliárquicas que evidenciam a fragilidade do seu poder e autoridade como rei neste período, as quais somente teriam fim com a imposição do Tratado de Alcalá em 1227. Todavia, em 1228, a possibilidade de uma campanha militar visando a conquista da ilha de Maiorca, primeiro grande feito bélico de Jaime I, se apresentou como uma oportunidade para fortalecer seu poder e autoridade enquanto rei perante a sociedade política catalano-aragonesa que o cercava, por meio de suas ações enquanto líder militar da campanha. Em vista disso, o principal objetivo desta pesquisa consiste em analisar o contexto histórico referente à conquista da ilha de Maiorca (1229-1232), assim como as ações políticas, diplomáticas e militares desenvolvidas por Jaime I na condução da campanha, visando compreender o seu papel para o fortalecimento do poder e autoridade real de Jaime perante seus vassalos. Para tanto, recorreremos à análise da fonte documental “O Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão”, com atenção voltada ao panorama contextual da conquista da ilha de Maiorca (1229-1232) construído pelo rei na obra, que será amparado pelas discussões da historiografia especializada. Com os propósitos da pesquisa cumpridos, os resultados demonstram que as ações políticas, militares e diplomáticas desenvolvidas por Jaime I enquanto líder militar de uma campanha de tons cruzadísticos como a conquista de Maiorca, se constituíram como degraus de um processo de fortalecimento do seu poder e autoridade como rei, frente não só a sua sociedade política, com a qual se manteve afastado durante os primeiros anos da infância e teve de lidar com a oposição, mas também perante os demais reinos da época.

Palavras-chave: Jaime I de Aragão. Conquista de Maiorca. Poder real.

ABSTRACT

The present dissertation focuses on the process of strengthening the power and authority of King James I (1208-1276, King of Aragon and Count of Barcelona since 1214), known as the Conqueror, son of Pedro II, the Catholic, and Maria de Montpellier, who after spending the first years of his childhood in the French fortress of Carcassonne, assumed the titles of king of Aragon and count of Barcelona with only six years of age, being the beginning of his reign strongly marked by the opposition and nobiliarchic revolts that evidence the fragility of his power and authority as king in this period, which would only end with the imposition of the Treaty of Alcala in 1227. However, in 1228, the possibility of a military campaign aimed at the conquest of the island of Mallorca, the first major war of Jaime I, presented himself as an opportunity to strengthen his power and authority as king before the catalan-aragonese political society that surrounded him, through his actions and as military leader of the campaign. In view of this, the main objective of this research is to analyze the historical context regarding the conquest of the island of Majorca (1229-1232), as well as the political, diplomatic and military actions developed by Jaime I in the conduct of the campaign, in order to understand his role for strengthening Jaime's power and royal authority before his vassals. In order to do so, we turn to the analysis of the documentary source "The Book of the Done of D. Jaime I of Aragon", with attention directed to the contextual information that the work brings of the period that corresponded the conquest of the island of Maiorca (1229-1232), that will be supported by discussions of specialized historiography. The results show that the political, military and diplomatic actions developed by Jaime I as the military leader of a campaign of cross-tones such as the conquest of Maiorca were constituted as steps of a process of strengthening the his power and authority as king, facing not only his political society, with which he stayed away during the early years of childhood and had to deal with the opposition, but also before the other kingdoms of the time.

Key-words: Jaime I of Aragon. Maiorca Conquest. Royal Power.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OCCITÂNIA E A COROA DE ARAGÃO ANTES DA CRUZADA ALBIGENSE (1208).....	17
FIGURA 2 – PENÍNSULA IBÉRICA NO CONTEXTO DA RECONQUISTA (1212)	21
FIGURA 3 – CRUZADA ALBIGENSE: CONQUISTAS DOS CRUZADOS NO LANGUEDOC (1209-1213).....	22
FIGURA 4 – A “GRANDE COROA DE ARAGÃO” DE PEDRO O CATÓLICO (1213)	23
FIGURA 5 – ITINERÁRIO DOS EXÉRCITOS (25 DE AGOSTO – 8 DE SETEMBRO 1213).....	25
FIGURA 6 – A COROA DE ARAGÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIII	29
FIGURA 7 – POSIÇÃO DA ILHA DE MAIORCA NO MEDITERRÂNEO	36
FIGURA 8 – ROTA DE INVASÃO DA ILHA DE MAIORCA.....	38
FIGURA 9 – RECONSTRUÇÃO HIPOTÉTICA DA BATALHA DE SANTA PONÇA .	40
FIGURA 10 – RECONSTRUÇÃO HIPOTÉTICA DA BATALHA PORTOPÍ.....	43
FIGURA 11 – PRINCIPAIS PONTOS DA CONQUISTA DE MAIORCA.....	45
FIGURA 12 – FOCOS DA RESISTÊNCIA MUÇULMANA EM MAIORCA ATÉ 1232	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. PRIMEIRO CAPÍTULO: O REINO DE ARAGÃO (XII-XIII)	15
1.1 O REINADO DE PEDRO II, O CATÓLICO (1196-1213)	15
1.1.1 Cruzada Albigense	18
1.1.2 A Batalha de Muret (1213).....	23
1.2 O REINADO DE JAIME I DE ARAGÃO (1214-1276)	26
1.2.1 Querelas nobiliárquicas	29
2. SEGUNDO CAPÍTULO: A CONQUISTA DE MAIORCA E O FORTALECIMENTO DO PODER E AUTORIDADE REAL DE JAIME I	34
2.1 A CONQUISTA DA ILHA DE MAIORCA (1229-1231).....	34
2.1.1 A Batalha de Santa Ponça.....	39
2.1.2 A Batalha de Portopí.....	41
2.1.3 Conquista da capital maiorquina.....	44
2.2 A CONQUISTA DE MAIORCA E O PROTAGONISMO DE JAIME I COMO LÍDER MILITAR.....	47
2.2.1 Os motivadores.....	47
2.2.2 A atuação de Jaime I como líder militar	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
FONTE DOCUMENTAL.....	75
REFERÊNCIAS	75
ANEXO 1 – GENEALOGIA DE ARAGÃO.....	80

INTRODUÇÃO

Jaime I de Aragão nasceu no ano de 1208 em Montpelier, na França, fruto do matrimônio de Pedro II, o Católico (1178-1213, rei de Aragão e conde de Barcelona desde 1196) e Maria de Montpelier (1182-1213). Passou os primeiros anos de sua infância da fortaleza de Carcassone sob os cuidados do conde francês Simon de Montford, como honra a um acordo firmado entre este nobre e seu pai, onde permaneceu até o ano de 1214, quando o papa Inocêncio III inteveio junto ao conde e recomendou que o infante fosse entregue aos seus súditos para que assumisse o trono de Aragão em virtude da morte de seu pai na Batalha de Muret em 1213, durante a tessitura da Cruzada Albigense na região ultrapirenáica do Languedoc.

Deste modo, no ano de 1214, Jaime assumiu os títulos de rei de Aragão e conde de Barcelona durante a reunião das Cortes Gerais de Lérida, ocasião em que recebeu o juramento feudo-vassálico por parte de seus súditos. A partir de então, o recém-coroadado Jaime I inicia sua educação cavaleiresca sob a tutela da Ordem do Templo, no castelo de Monzón em Aragão, até o ano de 1217, sendo que durante este período que corresponde à sua menoridade, o seu tio-avô, o conde Sancho Raimundo, foi erigido à função de regente, cujas ações enquanto tal fomentaram o descontentamento da uma parcela da nobreza catalano-aragonesa que culminou na renúncia de seu cargo no ano de 1218.

Nesta mesma ocasião foi declarada a maioridade de Jaime I, seguida do início de seu reinado individual, contando com a assistência de um conselho nobiliárquico. Estes primeiros anos do seu reinado foram cercados por conturbações internas na forma de uma forte oposição da nobreza, especialmente aragonesa, que buscava a manutenção e ampliação de seus privilégios, sendo que após ter de lidar com várias revoltas, o rei aragonês finalmente impôs o Tratado de Alcalá no ano de 1227, que pôs um fim às querelas nobiliárquicas que marcaram os primeiros anos do seu reinado.

Com o cenário interno controlado, a política externa de expansão territorial pode ter retomada e, em 1228, tiveram início em Tarragona as primeiras discussões em torno de uma possível conquista em direção ao Mediterrâneo, para a ilha de Maiorca, cujos detalhes e planejamento foram discorridos durante as Cortes Gerais de Barcelona em 1228. A campanha teve início já no ano seguinte, constituindo-se como uma das maiores conquistas militares do reinado de Jaime I e também sua

iniciação no mundo da guerra, congregando uma importância de primeira ordem para o jovem rei, então com 21 anos de idade, por se apresentar como uma oportunidade para fortalecer seu poder e autoridade como rei perante seus vassalos, através das ações desenvolvidas como líder militar de tal campanha.

Em vista disso, a presente dissertação de mestrado irá se desenvolver em torno da seguinte problemática: qual o papel desempenhado pelas ações de Jaime I enquanto líder militar de um episódio com nuances cruzadísticas como a conquista da ilha de Maiorca para o fortalecimento do seu poder e autoridade enquanto rei perante a sociedade política catalano-aragonesa que o cercava?

Partindo deste problema norteador, temos como principal objetivo analisar o contexto histórico referente à conquista da ilha de Maiorca (1229-1232), assim como as ações políticas, diplomáticas e militares desenvolvidas por Jaime I na condução da campanha, visando compreender o seu papel para o fortalecimento do poder e autoridade real de Jaime perante seus vassalos.

Tendo em vista tal objetivo e visando uma resolução para a problemática evocada acima, a presente dissertação está estruturada em dois capítulos.

O primeiro capítulo inicia-se com os principais aspectos que permearam o reinado de Pedro II, pai de Jaime I, levando em conta o impacto que suas ações externas na região do Languedoc tiveram para as futuras investidas de expansão do infante aragonês. Além disso, neste capítulo também é apresentado o panorama contextual referente ao reinado de Jaime I de Aragão, desde o ano de 1214, quando foi jurado como rei nas Cortes Gerais de Lérida, passando pelas perturbações nobiliárquicas que marcaram os primeiros anos de seu reinado, até a imposição do Tratado de Alcalá em 1227.

O segundo capítulo é dedicado, inicialmente, a explanação do contexto histórico referente à conquista da ilha de Maiorca, desde a reunião das Cortes Gerais de Barcelona em 1228, passando pela travessia para a ilha e pelas batalhas desenvolvidas durante a campanha, até a pacificação dos últimos redutos de resistência em 1232. Por fim, inicia-se a análise da fonte documental “O Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão”, uma narrativa cronística na qual o próprio rei narra os principais aspectos que permearam sua vida e reinado.

Considerando que tal obra traz um discurso cronístico, a mesma está cercada de características próprias que a identificam em tal gênero historiográfico como uma crônica medieval, a qual, na atualidade, se constitui como “[...] una fuente

imprescindible para, com cautelas y reservas oportunas, reconstruir mentalidades, actitudes, comportamientos, ideologias y otros muchos aspectos de interés” (SARASA SÁNCHEZ, 2002, p. 423) e que pode ser definida como

[...] uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (como exemplos e contraexemplos) para a sociedade política. (GUIMARÃES, 2012, p. 57-58).

Galán Sánchez (1994), ao assinalar os principais constituintes de uma crônica, ressalta que apesar das alterações introduzidas ao longo do tempo, existem certas características comuns que permitem identificar o gênero cronístico.

A primeira delas diz respeito a organização dos acontecimentos em um encadeamento cronológico na obra, constituindo-se assim como o eixo estrutural da crônica. A segunda característica é o estilo plano, ou seja, a ausência de uma pretensão literária no estilo da redação. Na sequência está o Universalismo, expresso na crônica através da consciência de que o mundo é ocupado por vários povos, cuja existência é admitida na obra, a qual também aborda em seu conteúdo temas variados (história eclesiástica, política, militar e cultural). Por fim, encontra-se o Providencialismo ou a crença de que a vontade divina organiza e dirige todos os aspectos da história da humanidade. (GALÁN SÁNCHEZ, 1994).

Deste modo, inserido no gênero cronístico, “O Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão” congrega, em menor ou maior grau, todas as características citadas. Os fatos narrados na obra são organizados de forma cronológica; não existe preocupação literária no estilo da narrativa; a obra tem um caráter universalista ao tratar de temas eclesiásticos, políticos, militares e culturais, além de conceber a existência de outros povos como muçulmanos e judeus; e por fim, o traço providencialista perpassa toda a narrativa, remetendo os acontecimentos terrenos à vontade divina

No que tange à produção historiográfica ibérica no contexto medieval europeu, o “Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão” assumiu um papel de suma importância na tessitura do século XIII, onde a produção em língua vernácula se fortaleceu, culminando na composição de crônicas que traziam fatos históricos particulares vivenciados pelos próprios autores. Assim, surgiram as “Quatro Grandes

Crônicas” medievais da Catalunha, sendo o Livro dos Feitos a primeira delas. (COSTA; VIANNA, 2010, p. 16).

Quanto à composição da obra, existem diversas teorias. Algumas defendem que foi composta durante a realização dos fatos narrados, outras, em contrapartida, sustentam a ideia de que a mesma foi totalmente redigida no fim da vida de Jaime I, “[...] período em que o rei já detinha uma notável reflexão sobre seus atos passados”. (COSTA; VIANNA, 2010, p. 18).

Para os fins desta dissertação, utilizaremos a versão impressa do Livro dos Feitos, com tradução realizada em 2010 (catalão-português) pelos historiadores Luciano José Vianna e Ricardo da Costa, em parceria com o Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio. Tal tradução foi realizada a partir da edição crítica do Livro dos Feitos de Jordi Bruguera (1991), a qual, por sua vez, teve como base o segundo¹ manuscrito mais antigo desta obra, datado de 1343 em língua catalã.

Sendo assim, dedicaremos nossa análise ao panorama contextual específico da conquista da ilha de Maiorca construído por Jaime I ao longo da narrativa, que será amparado pelas discussões dos referenciais teórico-contextuais especializados. Cabe ressaltar que tal análise irá centrar-se na perspectiva do rei, expressa a partir de um instrumento da política régia, a crônica.

Ainda no aspecto metodológico, a pesquisa está inserida no âmbito de estudos de História Política, a qual pode ser “[...] entendida como a história das relações de poder, que tem como objetivos específicos as relações político-institucionais e o imaginário social” (MOCELIM, 2013, p. 16).

Contudo, a presente pesquisa desloca-se do enfoque político tradicional da historiografia, o qual era voltado muito mais à simples narrativa dos eventos políticos, para uma abordagem da Nova História Política, área que se desenvolveu na segunda metade do século XX como parte do processo de revitalização historiográfica iniciado na década de 1930 pelos integrantes da Escola dos *Annales*. A Nova História política renovou as abordagens de pesquisa nesta área, buscando trabalhar não somente o poder emanado das grandes instituições, mas também das “[...] relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos.” (BARROS, 2008, p. 7).

¹ O primeiro manuscrito mais antigo do Livro dos Feitos data do ano de 1314 em latim.

No que tange ao aporte historiográfico para a construção do contexto histórico do Reino de Aragão na Península Ibérica durante o século XIII, foram empregadas as obras de Luís Suaréz Fernández, Andres Giménez Soler, Pedro Aguado Bleye, Flocel Sabaté I Curull, Juan F. Utrilla Utrilla, Salvador Claramunt, Luis González Antón e José Ángel Sesma Muñoz. Já sobre o contexto que compreende a campanha destinada a conquistar a ilha de Maiorca, nos valem das discussões trazidas nas obras de Esteban Ribas, José Luís Villacañas e Luciano José Viana.

Ainda no âmbito contextual, as obras de Martín Alvira Cabrer, Damian J. Smith, André Akamine Ribas e Camila Darbowski de Araújo trouxeram importantes contribuições acerca dos movimentos da Cruzada Albigense, assim como da atuação de Pedro II em tal conflito no espectro de sua política externa dirrecionada à região do Languedoc, que, como já dito, influenciaram de forma direta as ações expansionistas de Jaime I.

Por fim, sobre as relações entre o rei e a sociedade política que o cercava, assim como a importância do seu equilíbrio para a manutenção do poder régio, os trabalhos de Fátima Regina Fernandes, Miguel Ángel Ladero Quesada, assim como dos já citados José Ángel Sesma Muñoz e Juan F. Utrilla Utrilla se constituíram como importantes referenciais.

1. PRIMEIRO CAPÍTULO: O REINO DE ARAGÃO (XII-XIII)

O presente capítulo tem como principal objetivo apresentar uma dimensão contextual acerca dos principais aspectos que permearam o reinado de Jaime I de Aragão (1214-1276), desde sua ascensão ao trono no ano de 1214, passando pelas querelas nobiliárquicas que enfrentou durante os primeiros anos de seu reinado, até a imposição do Tratado de Alcalá em 1227, que pacificou a conjunta política interna do reino.

Todavia, para que se tenha uma compreensão mais sólida acerca do aspecto contextual supramencionado, torna-se de suma importância iniciar o presente capítulo com uma abordagem panorâmica acerca dos principais aspectos que marcaram o reinado do pai de Jaime I, o rei Pedro II, entre os anos de 1196 e 1213, especialmente no que tange às suas ações de política externa direcionadas à região sul da França, conhecida como Languedoc, pois as mesmas não só impactaram os primeiros anos de vida do infante Jaime, como também tiveram repercussão nas futuras ações de seu reinado.

1.1 O REINADO DE PEDRO II, O CATÓLICO (1196-1213)

Como já exposto na introdução deste capítulo, para que se possa compreender melhor as principais nuances do reinado de Jaime I de Aragão, torna-se fundamental conhecer o panorama contextual referente ao reinado de seu pai, Pedro II, que assumiu os títulos de rei de Aragão e conde de Barcelona em consonância com o testamento deixado por seu pai, Afonso II, cujo reinado se estendeu de 1162 a 1196².

Dentre as principais ações desenvolvidas por Pedro II no decurso de seu reinado, merecem especial destaque aquelas que se deram no âmbito de sua política externa, especialmente direcionadas ao Languedoc, que pode ser entendido como “[...] parte integrante da complexa entidade cultural à qual podemos chamar de Occitânia, Midi ou simplesmente sul da França” (RIBAS, 2003, p. 12).

² “Séptimo rey de Aragón, llamado el Casto y el Trovador (1157-1162-1196), primer soberano de lo que luego se llamó Corona de Aragón, rey de Aragón y conde de Barcelona desde 1162, marqués de Provenza (1166) y conde del Rosellón (1172)”. (FATÁS, 2014, p. 17).

A influência da Coroa de Aragão na região do Midi francês já se fazia fortemente presente desde o reinado de Afonso II, sendo que após sua morte esses territórios foram legados ao seu segundo filho, o infante Afonso (BLEYE, 1958), e com a morte deste em 1209, seu irmão Pedro II ficou responsável pela tutela de seu herdeiro nos domínios ultrapirenaicos (FERNÁNDEZ, 1970).

Visando estender e consolidar esta influência sobre o Languedoc, o rei Pedro II estabeleceu uma série de relações políticas com os nobres da região, especialmente solidificadas pela via matrimonial. Em 1201, o rei aragonês acordou o casamento de sua irmã, a infanta Leonor, com o conde de Toulouse, Raimundo VI (BLEYE, 1958), solidificando laços de parentesco com este nobre. Em 1204 casou-se com Maria de Montpellier, filha do conde Guilherme de Montpellier e Eudóxia Comnena, o que não só garantiria seu domínio sobre este condado, mas também consolidaria laços feudais com nobres da região.

Deste modo, “[...] o casamento de Pedro II com Maria de Montpellier pode ser inserido nessa estratégia matrimonial utilizada por Aragão para aumentar sua influência no Languedoc” (ALVIRA CABRER, 2000 *apud* MENDONÇA, 2011, p. 3). Deste matrimônio nasceu Jaime, herdeiro do trono de Aragão, no ano de 1208 em Montpellier, na França.

Outra ação de suma importância nesta estratégia de consolidação do poder da Coroa de Aragão no Languedoc foi a coroação de Pedro II em Roma pelas mãos do papa Inocêncio III³ em 1204, que posteriormente lhe rendeu o epíteto de “o Católico”, sendo que este fato foi “[...] sin duda, uno de los más relevantes del reinado de Pedro el Católico por su importancia simbólica y su trascendencia política” (ALVIRA CABRER, 2000, p. 736).

Assim, a coroação de Pedro II em Roma selou um compromisso entre o rei aragonês e o papado, incluindo a “[...] submissão do monarca como vassalo papal, o que significou, por um lado, colocar-se a serviço do Papado, mas, por outro lado, colocar-se também sob sua proteção” (MENDONÇA, 2011, p. 14).

³ Ocupando o pontificado entre os anos de 1198 e 1216, Inocêncio III fomentou uma significativa elevação da força e prestígio do poder pontifício, colocando-o acima de toda a sociedade (FRANCO JUNIOR, 2006). Dentre as ações mais importantes que empreendeu, destacam-se as políticas destinadas ao combate de heresias, sendo que “[...] em 1199 ele assimila a heresia a um crime de lesa-magestade (divina), o que implica o mais extremo rigor em sua perseguição e seu castigo. Durante o seu pontificado, o Concílio de Latrão IV precisa o arsenal repressivo contra os hereges, que devem ser excomungados, assim como todos aqueles que os protegem ou tem relações com eles.” (BASCHET, 2006, p. 225).

1.1.1 Cruzada Albigense

Neste mesmo contexto de expansão da influência aragonesa no Languedoc, a disseminação da heresia cátara⁴ na região tornava-se cada vez maior, suscitando a preocupação do papado que logo passou a empreender ações visando combatê-la.

Uma primeira iniciativa de combater a heresia foi empreendida pelo bispo de Osma, Diego de Azevedo, e pelo clérigo Domingo de Guzmán, que ao atravessarem o Languedoc e comprovarem a disseminação da heresia entre a população, criaram pequenos grupos de pregação visando combatê-la por meio do exemplo, sendo este o início da Ordem Dominicana⁵, reconhecida pela Igreja em 1216. Em contrapartida, uma parcela do clero católico acreditava que somente a intervenção por meio da violência seria realmente eficaz no combate a heresia, sendo o legado papal Pedro de Castelnau o maior defensor desta iniciativa (FERNÁNDEZ, 1970).

O conde de Toulouse Raimundo VI via com maus olhos esta possível intervenção militar por parte da Igreja que visava acabar com a heresia cátara, pois além do fato de grande parte dos seus vassalos serem adeptos a ela, uma intervenção de Roma poderia afetar sua influência sobre o Languedoc. Em meio a este cenário de tensão, em 1208 Pedro de Castelnau foi assassinado por um cavaleiro do conde de Toulouse (FERNÁNDEZ, 1970), fato que serviu de justificativa para a convocação de uma Cruzada para o combate aos hereges, conhecida pela historiografia como Cruzada Albigense, denominação ancorada na premissa de que grande parte dos adeptos ao catarismo residiam na cidade de Albi, no Languedoc.

⁴ “Suas crenças derivavam dos ensinamentos de um mestre religioso do século III na Mesopotâmia chamado Mani, que tentou conciliar o Cristianismo com antigas idéias persas e interpretou o mundo como o campo de batalha entre as duas poderosas forças do Bem e do Mal, a vida do espírito e a vida da carne. As atitudes resultantes, vagamente rotuladas de maniqueísmo, levaram à rejeição da teologia cristã básica referente ao papel de Deus na criação, à humanidade do Cristo na Encarnação e à ressurreição do corpo. A desconfiança profunda dos cátaros em relação às coisas materiais, consideradas províncias do demônio, fez com que os mais convictos dentre eles renunciassem à atividade sexual, especialmente quando se tratava de procriar, praticassem uma forma austera de vegetarianismo e se recusassem a cumprir obrigações seculares, como aquelas que pediam a formulação de um juramento” (LOYN, 1997, p. 134).

⁵ “Ordem caracterizada pela pobreza mendicante, a erudição e a pregação, a qual recebeu a confirmação do papa Honório III em 1216. Ao contrário dos membros de Ordens anteriores, os frades dominicanos (Ordem dos Pregadores ou dos Frades Negros, assim chamados por usarem uma capa negra sobre o hábito branco) não se permitiam a propriedade coletiva e tinham que esmolar o alimento. Seguiam a Regra Agostiniana e recebiam rigorosa formação teológica, com a finalidade de produzir um laicado esclarecido e imune a erros heréticos” (LOYN, 1997, p. 195).

Destarte, neste contexto, os interesses do papa Inocêncio III de extirpar a heresia cátara do Languedoc se alinharam às aspirações do rei da França, Filipe Augusto (1165-1223, rei desde 1180)⁶ em estender a influência da Coroa francesa para esta região, levando a uma aliança entre as partes. Contudo, o monarca francês se recusou a participar pessoalmente da Cruzada por estar com as atenções voltadas à contenção da monarquia inglesa (SABATÉ, 2006), mas, em contrapartida, “[...] permitiria que sus barones tomaran la cruz para combatir dicha herejia.” (SOLER, 1944, p. 122).

Deste modo, o conde francês Simon de Montfort⁷ assumiu a liderança das hostes cruzadas, sendo que em 1209 liderou um ataque às cidades de Bézier e Carcassone, destituindo de seus feudos e terras a maior parte dos vassalos do rei de Aragão, ao mesmo tempo em que ia sendo investido da autoridade destes. (SOLER, 1944).

O saque das cidades supramencionadas colocou o rei de Aragão Pedro II em uma situação delicada, pois “[...] de um lado estaban las promesas que hiciera al papa, del outro sus obligaciones como soberano respecto a vassalos a quienes se atacaba”. (FERNÁNDEZ, 1970, p. 273).

Em meio a esta situação e como uma tentativa de neutralizar o apoio aragonês ao conde de Toulouse Raimundo VI – principal agente da resistência à Cruzada no Languedoc – além de consolidar seu domínio sobre esta região, o conde Simon de Montfort buscou um acordo com o rei Pedro II que, após muita relutância, aceitou que o conde francês tivesse o senhorio das cidades outrora atacadas, Bézier e Carcassone, submetendo-o à vassalagem aragonesa, numa tentativa de alcançar a paz com os franceses.

⁶ “[...] Filho de Luís VII e Adèle de Champagne, mereceu o cognome de Augusto porque ampliou verdadeiramente o reino Capeto, primeiro consolidando seu domínio nas fronteiras orientais com a Alemanha, e depois, ajudado por dissensões entre Henrique II e seus filhos, expandiu-se a oeste às custas do Império Angevino. Em 1204, arrebatou ao rei João Sem Terra o controle total da Normandia. Novas anexações de territórios angevinos e o apoio à Cruzada contra os albigenses deixaram a casa dos Capeto bem situada para, no final de seu reinado, tornarse a verdadeira governante de virtualmente toda a França” (LOYN, 1997, p. 233).

⁷ Quarto conde de Leicester, Simon de Montfort (c. 1153-1218) foi designado como líder militar da Cruzada Albigense convocada pelo papa Inocêncio III, devido à impossibilidade do rei da França Filipe Augusto participar ativamente da mesma, por conta de seu envolvimento em conflitos com a Inglaterra (LOYN, 1997). Durante o desenvolvimento da Cruzada, Montfort obteve expressivo êxito na conquista de diversos territórios no Languedoc que estavam sob domínio de fortes lideranças nobiliárquicas, como o conde de Toulouse, Raimundo VI, além de neutralizar a ação do rei de Aragão, Pedro II, quando este se colocou em defesa de seus vassalos occitanos no conflito que ficou conhecido como Batalha de Muret (1213).

Este pacto seria honrado através do matrimônio do herdeiro do trono de Aragão, Jaime, com Amicia, filha do conde Simon de Montfort, e como garantia de que tal matrimônio se realizaria efetivamente, “[...] el príncipe fue encomendado a la custodia de su futuro suegro, em cuyas manos constituía um precioso rehén.” (FERNÁNDEZ, 1970, p. 274).

Deste modo, foi na fortaleza de Carcassone, “[...] centro de operações durante a formação do teatro da guerra contra os cátaros” (VIANNA, 2009b, p. 128), que Jaime passou os primeiros anos de sua vida entre 1211 e 1214, vivenciados no contexto cruzadístico vigente.

Acreditando que situação no Languedoc estava sob controle, Pedro II direcionou sua atenção ao auxílio do rei de Castela Afonso VIII⁸ na famosa batalha contra os muçulmanos conhecida como Las Navas de Tolosa (1212)⁹, que estava inserida no contexto histórico conhecido como Reconquista Cristã¹⁰ na Península Ibérica.

O mapa a seguir (Figura 2) traz a configuração territorial da Península Ibérica no início do século XIII, durante o contexto da Reconquista Cristã, marcado pela expressiva presença muçulmana ao sul.

⁸ “Afonso VIII, o Nobre, rei de Castela 1158-1214, filho do rei Sancho III. [...] Suas relações com Aragão foram sempre boas e, em 1179, os dois Estados assinaram o Pacto de Cazorla, pelo qual ficou decidida a demarcação da futura fronteira entre Castela e Aragão, a vigorar assim que se consumasse a reconquista da Espanha aos mouros. Foi essa guerra contra os mouros que absorveu as energias de Afonso VIII entre 1172 e 1212. Embora tivesse sido derrotado pelos mouros em 1195, foi-lhe possível, com a ajuda de Pedro II de Aragão, alcançar grande vitória contra eles na sangrenta batalha de Navas de Tolosa (1212) e assim contribuir decisivamente para a destruição do poderio almôada na península hispânica” (LOYN, 1997, p. 26).

⁹ “La gran batalla campal de 1212 forma parte del contexto de guerra continua en el que vivían las dos civilizaciones que ocupaban la Península Ibérica desde el siglo VIII. Es esta realidad de lucha constante entre la Cristiandad hispana y el Islam de Occidente – lo que llamamos comúnmente 'Reconquista' – la que conduce a Las Navas de Tolosa, un episodio más, aunque de primera magnitud, integrado en este enfrentamiento secular” (ALVIRA CABRER, 2000, p. 103-104).

¹⁰ Movimento que opôs cristãos e muçulmanos em torno do domínio de territórios conquistados pelos últimos desde meados do século VIII, além disso, se constituiu como “[...] una construcción ideológica que convertía el conflicto bélico contra el Islam peninsular en una actividad justificada y legal, es decir, en una guerra justa, pero también en una acción deseable, meritoria, piadosa, santificada, esto es, en una guerra santa.” (GARCÍA FITZ, 2009, p. 200). Para mais informações sobre a Reconquista e os muçulmanos na Península Ibérica: SILVA, Lucas Augusto Tavares. A Reconquista Cristã: uma missão divina na Península Ibérica (VIII-XV). **Revista de História Helikon**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2015, p. 123-137. Disponível em: <<http://twixar.me/6YbK>>.

FIGURA 2 – PENÍNSULA IBÉRICA NO CONTEXTO DA RECONQUISTA (1212)

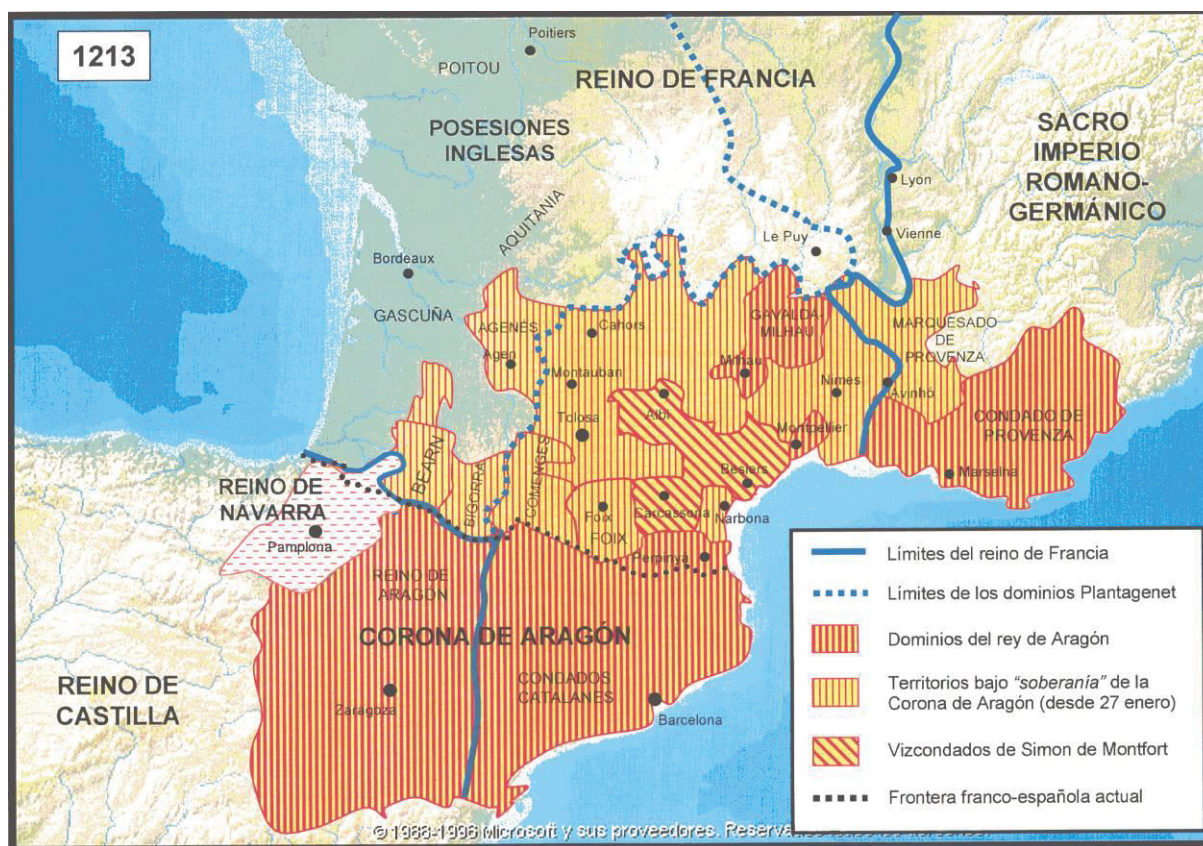


FONTE: Adaptado de Geacron (2018)

Ao retornar com todos os méritos da supracitada batalha de Las Navas de Tolosa, Pedro II se deparou novamente com uma situação de tensão em seus domínios no Languedoc, pois apesar do pacto selado com o conde Simon de Montfort, este continuou realizando pilhagens nos territórios de seus vassalos occitanos, além de ocupar o castelo de Muret com homens armados, na expectativa de sitiar o condado de Toulouse (SOLER, 1944).

No mapa que segue (Figura 3) é possível observar a expressiva expansão territorial empreendida pelo conde Simon de Montfort sobre territórios que estavam sob a vassalagem da Coroa de Aragão, desde as primeiras incursões cruzadas no ano de 1209.

FIGURA 4 – A “GRANDE COROA DE ARAGÃO” DE PEDRO O CATÓLICO (1213)



FONTE: ALVIRA CABRER (2000)

Além dos domínios e territórios que estavam sob a soberania da Coroa da Aragão, neste mapa também é possível constatar que o domínio do conde Simon de Montfort sobre os viscondados de Béziers, Albi e Carcassonne se constituía como um fator estratégico para os anseios de conquista do condado de Toulouse, considerando que tais territórios estavam situados no seu entorno.

1.1.2A Batalha de Muret (1213)

Cumprindo suas obrigações como rei e suserano, Pedro II reuniu hostes com cerca de 12.000 homens¹¹ distribuídos entre cavalaria e infantaria com o objetivo de

¹¹ Cabe ressaltar que quando se trata do tamanho das tropas que compunham uma força militar medieval certamente o historiador se depara com um horizonte incerto devido à fiabilidade ou não das informações contidas em fontes do período, especialmente as crônicas. Isso se deve, em grande medida, ao propósito do cronista com a redação de determinada obra, em prol do qual poderia deturpar os números das tropas com o objetivo de exaltar o aspecto heróico da vitória de um exército em inferioridade numérica ou mesmo utilizar esta mesma inferioridade como justificativa para uma derrota.

empreender um cerco ao castelo de Muret, sitiado por Simon de Montfort e suas tropas, cujo núcleo era formado por forças pessoais do conde francês e o restante constituído por voluntários que, após algum tempo participando da campanha, poderiam retornar às suas terras com a indulgência papal (ESTEBAN RIBAS, 2008).

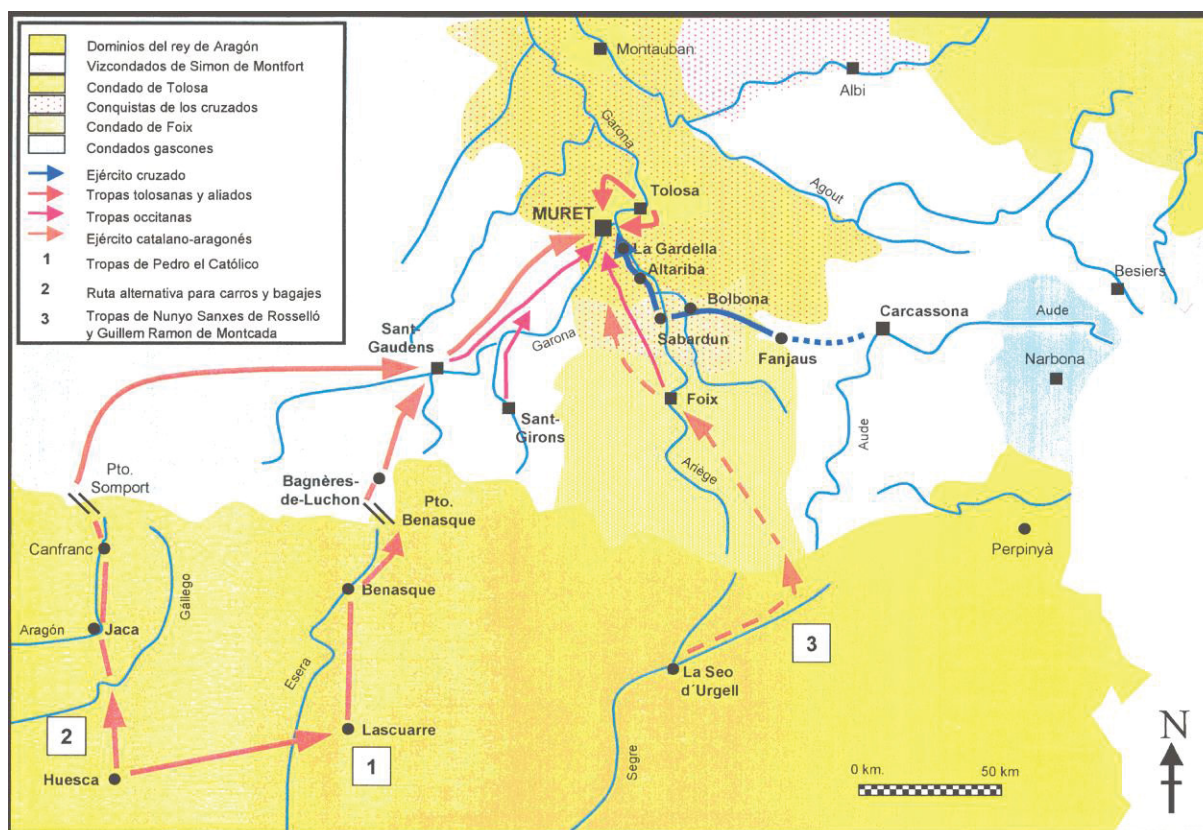
Deste modo, no que concerne à Batalha de Muret,

[...] los bandos enfrentados consistieron en una coalición de fuerzas hispano-occitanas contra fuerzas de voluntarios cruzados. La coalición estaba formada por la Corona de Aragón, el condado de Tolosa y los principales nobles feudales transpirenáticos, que se encontraban ligados a los dos primeros por razones feudo-vasalláticas. Los principales jefes aliados eran el rey Pedro II de Aragón, el conde Raimon VI de Tolosa, el conde Roger Bernat de Foix, el conde Bernat IV de Comminges, y el vizconde Gaston VI de Bearn. Por el otro bando, los cruzados se encontraban liderados por Simón de Monfort, a pesar que, nominalmente, el legado papal Arnau Amalric era el jefe político y espiritual de la cruzada. (ESTEBAN RIBAS, 2008, p. 38-39).

A organização das tropas de Pedro II se deu ao longo do ano de 1213, sendo que no mapa a seguir (Figura 5) é possível observar o itinerário seguido pelas forças do rei aragonês entre agosto e setembro do mesmo ano, evidenciando alguns aspectos da mobilidade militar neste contexto, como a escolha de rotas próximas a fontes de água, o que facilitava o abastecimento das tropas, além da divisão da hoste em duas rotas: uma para carruagens e bagagens que atravessava os Pirinéus pelo Porto de Somport, cuja escolha se justifica por ser provavelmente a via mais apta para a passagem de veículos com rodas, e outra seguida pessoalmente pelo rei que era utilizada desde a época romana e contava com alojamentos e estrutura viária (ALVIRA CABRER, 2013).

O cerco ao castelo de Muret teve início no dia 10 de setembro de 1213 e apesar ter conhecimento da experiência de combate das suas tropas, o conde Simon de Montfort foi impedido por ordem do legado papal de tomar qualquer ação para romper o bloqueio e investir contra Pedro II, visto que já estavam sendo tomadas medidas visando acabar com o conflito por vias diplomáticas, baseadas na tentativa de convencer o rei aragonês a abandonar o apoio ao conde de Toulouse e seus vassallos.

FIGURA 5 – ITINERÁRIO DOS EXÉRCITOS (25 de agosto – 8 setembro de 1213)



FONTE: ALVIRA CABRER (2013)

Na manhã do dia 11 de setembro, o rei Pedro II reuniu um conselho com os principais líderes da coalizão para decidirem a estratégia de combate. Nesta ocasião,

El conde Raimon VI, el hombre de más edad de los presentes [...] conocedor de la falta de experiencia de las tropas tolosanas, deseaba evitar una batalla campal: proponía fortificar el campamento con una línea de empalizadas [...] y repeler a los cruzados con ballestas, si intentaban forzar el asalto del campamento; de esta manera se podrían contener los ataques enemigos, manteniendo a las fuerzas de caballería en reserva para lanzar prestos un contraataque una vez desgatada la ofensiva cruzada. En el supuesto que los cruzados no atacasen el campamento, el conde proponía proseguir con el asedio. (ESTEBAN RIBAS, 2008, p. 43).

Apesar do conselho de seu cunhado, o rei Pedro II tinha planos diferentes, pois acreditava que uma batalha campal e direta contra as tropas de Simon de Montfort traria não só a derrota do inimigo, mas também mostraria perante a Cristandade que ele estava do lado correto, e que Montfort não apenas se comportou como um mal cristão, abusando de suas prerrogativas como líder militar

da Cruzada, mas também desonrou suas obrigações vassálicas, levantando armas contra seu suserano (ESTEBAN RIBAS, 2008).

Após diversas recusas do rei Pedro II aos pedidos dos dirigentes cruzados para que abandonasse a causa languedociana, o conde Simon de Montfort, percebendo que sua condição estava se tornando insustentável, decidiu romper o cerco e avançar contra as tropas do rei aragonês. (SOLER, 1944).

Após abrir caminho pelas forças de Pedro II, os cruzados franceses encontraram a mesnada real, com a qual travaram um intenso combate corpo a corpo, assim, o rei aragonês logo se viu cercado pelos cruzados, sendo que “[...] la violencia del combate no da resquicio a la clemencia: los franceses acometen contra él y acaban con su vida y con sus escoltas.” (ESTEBAN RIBAS, 2008, p. 66-67).

Sobre o que teria levado a derrota de uma força militar numericamente superior como a de Pedro II, podem-se destacar alguns erros táticos cometidos pelo rei. Primeiro, Pedro II não esperou a chegada das tropas de seu primo Nuno Sanchez e Guilherme de Montcada. Além disso, o desejo do rei em desenvolver uma batalha campal, ignorando o conselho do conde de Toulouse Raimundo VI, fez com que sua vantagem numérica fosse perdida, pois propiciou um assalto que favoreceu a bem disciplinada cavalaria francesa, bem como o rei também não se posicionou na retaguarda, onde poderia liderar e controlar de forma mais eficiente suas tropas. (SMITH, 2014).

A derrota de Pedro II na batalha de Muret não teve consequências apenas no aspecto militar, mas também e, principalmente, no âmbito político do Reino de Aragão, pois barrou as ambições hegemônicas de expansão da Coroa para os territórios ultrapirenaicos, fato este que teve fortes repercussões na política expansionista do futuro rei de Aragão Jaime I, que ainda era mantido refém nas mãos do conde Simon de Montfort, líder das tropas inimigas que batalharam contra seu pai.

1.2 O REINADO DE JAIME I DE ARAGÃO (1214-1276)

Com a morte de Pedro II em Muret, um vazio se instalou no trono de Aragão levando em conta que seu herdeiro, o infante Jaime, permanecia em Carcassone na condição de refém do conde Simon de Montfort.

Visando remediar tal situação o mais rápido possível, o abade de Montearagón Fernando (1190-1249)¹², irmão de Pedro II, e o conde de Provença, Sancho Raimundo (1161-1226)¹³, seu tio, organizaram uma embaixada formada pelos nobres Jimeno Cornel, Guilherme de Cervera, Pedro Ahones e pelo mestre do templo em Aragão Guilherme de Montredón, para solicitar a intervenção do papa Inocêncio III nesta questão (FERNÁNDEZ, 1970).

Evidentemente visando relembrar o acordo firmado com Pedro II no que tange à soberania da Santa Sé sobre o Reino de Aragão, “Inocêncio III comisionó a su legado el cardenal Pedro de Benevento, que por entonces había presidido en Montpellier um concilio provincial, para que solicitase Del Conde Simon de Montfort que devolviera Dom Jaime a sus vassallos”. (BLEYE, 1958, p. 719).

Acatando a recomendação papal, o conde Simon de Montfort entregou a custódia do infante Jaime para seus súditos, sendo logo levado à cidade de Lérida, onde foram convocadas as Cortes¹⁴ Gerais de Lérida no ano de 1214, ocasião na qual os nobres prestaram homenagem vassálica ao recém-coroadado Jaime I de Aragão.

Logo após a cerimônia, o rei foi entregue ao mestre do Templo, Guilherme de Montredón, para que este se encarregasse de sua educação no Castelo de Monzón junto à Ordem dos Cavaleiros Templários¹⁵.

¹² Terceiro filho do rei Afonso II, o Casto e irmão de Pedro II, o Católico. Foi abade do mosteiro de Montearagón e, após a morte de seu irmão na Batalha de Muret (1213), encabeçou a oposição nobiliárquica contra o recém-empossado procurador-geral do reino Sancho Raimundo, seu tio, e, posteriormente, contra seu sobrinho Jaime I visando assumir a regência do reino.

¹³ Conde de Provença, Roussillón e Cerdanha, filho mais novo do conde Raimundo Berengário IV e de Petronilha de Aragão, cujo matrimônio selou a união do condado de Barcelona e do Reino de Aragão em 1137 e irmão do rei Afonso II, o Casto.

¹⁴ “De la curia real nacieron las Cortes; era dicha curia um consejo del rey, formado por los nobles que acompañaban al rey y los ciudadanos que querían intervenir. [...] La reunión de las Cortes era función del rey, y [...] no había plazo entre dos convocatorias ni lugar fijo de su reunión. [...] Las aragonesas se componían de cuatro brazos: barones, nobles e ricos-hombres, caballeros e infanzones, clero, y estado llano o pueblo. [...] La convocatoria se hacía por carta individual a cada uno de los que debían asistir, y en ella se les avisaba la fecha y el lugar de la reunión, sin indicación alguna de lo que iba a tratarse”. (SOLER, 1944, p. 312-313).

¹⁵ A primeira das Ordens Militares Religiosas, destinada a suprir e proteger os Estados cruzados. [...] A Bula de Inocêncio II (1139) estabeleceu sua vassalagem exclusiva ao papa, e os Templários desenvolveram uma constituição com um grão-mestre eleito, províncias, distritos e preceptorados individuais, adotaram uma túnica branca com cruz vermelha e construíram características igrejas redondas do tipo que ainda hoje pode ser visto na Temple Church em Londres. [...] Acusações de heresia provocaram sua supressão (Concílio de Viena, 1312); o grão-mestre Jacques de Molai e outros foram executados e os bens da Ordem confiscados, passando para os Hospitalários e príncipes seculares. (LOYN, 1997, p. 139-140)

A presença da Ordem do Templo no Reino de Aragão remonta ao século XII, contexto no qual o conde de Barcelona Raimundo Berengário III (1082-1131, conde de Barcelona desde 1097) e o rei de Aragão Afonso o Batalhador (1073-1134, rei de Aragão desde 1104), estavam com as atenções voltadas à projetos de conquista dos territórios muçulmanos ao sul da península.

Neste ínterim, a atuação dos Templários no movimento das Cruzadas em Jerusalém despertou a atenção e o reconhecimento de tais nobres que vislumbravam a possibilidade de conquistar o apoio da Ordem para o combate aos muçulmanos na península, sendo a concessão de terras e castelos aos Templários em Aragão e na Catalunha o início de tal aliança.

Contudo, foi somente após a união do condado de Barcelona com o Reino de Aragão em 1137, consolidada a partir do matrimônio de Raimundo Berengário IV (1105-1162, conde de Barcelona desde 1131 e príncipe regente de Aragão desde 1137) e Petronilha de Aragão (1136-1173, rainha de Aragão e condessa de Barcelona desde 1137) que a colaboração “[...] de la Ordem del Temple fueron cada vez mayores con la monarquia como ocurrió con las diversas campañas militares catalano-aragonesas” (ARREGUI, 2012, p. 7).

Durante o reinado de Jaime I, a influência da Ordem do Templo na política do reino junto à monarquia atingiu o seu ápice, ficando responsável, como vimos, pela tutela, proteção e educação pessoal do rei no Castelo de Monzón, além de ter desempenhado um importante papel no planejamento e execução da posterior conquista da ilha de Maiorca.

Enquanto Jaime I estava sob a tutela dos Templários, seu tio-avô, o conde Sancho Raimundo, sob a supervisão da Santa Sé, foi erigido à função de regente, passando a lidar com a oposição do grupo social que ocupava um protagonismo cada vez maior na política interna do reino, a nobreza.

FIGURA 6 – A COROA DE ARAGÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIII



FONTE: <http://www.satrapa1.com/articulos/media/muret-web/muret.htm>

Neste mapa (Figura 6) podemos visualizar a extensão territorial da coroa de Aragão no início do século XIII, período que coincide com a regência do conde Sancho e os primeiros anos do reinado de Jaime I, o qual foi fortemente marcado pela oposição engendrada, em grande medida, pelo núcleo nobiliárquico aragonês.

1.2.1 Querelas nobiliárquicas

No período compreendido entre os séculos XII e XIII as relações entre o estamento nobiliárquico da Coroa de Aragão e a monarquia passaram por mudanças estruturais significativas, exteriorizadas na passagem de uma íntima colaboração para um distanciamento cada vez maior entre o rei e a nobreza (UTRILLA UTRILLA, 2009), engendrando um cenário de tensão e conflito gestado desde as pretensões de domínio ultrapirenaico empreendidas pelo rei Pedro II e pelos últimos monarcas, as quais não figuravam como grandes benefícios aos

nobres, os quais tinham como principal interesse a extensão e manutenção do seu domínio sobre as *honores*, que basicamente se constituíam como:

[...] territorios diversos de extensión variada, que se organizaban como distritos militares centrados em castillos, y que eran entregados a los grandes barones y nobles del reino, a los que se premiaba su servicio, y se les exigia como contrapartida guardar fidelidade al rey y participar em campañas militares junto al monarca ao lo largo de tres meses al año, a sus próprias expensas. (UTRILLA UTRILLA, 2012, p. 158).

Visando angariar apoio à suas pretensões de expansão no Languedoc, o rei Pedro II procurou satisfazer este anseio nobiliárquico de domínio sobre as *honores* que, em contrapartida, acabou por gerar grandes dívidas à Coroa, culminando no fim deste sistema de concessões no ano de 1206, situação que estaria no cerne da grande oposição nobiliárquica, majoritariamente aragonesa, com a qual Jaime I teve de lidar durante os primeiros anos do seu reinado, cujos nobres que ocupavam o primeiro estamento hierárquico da nobreza, sendo chamados de ricos-homens ou barões, formado por um número reduzido de “[...] individuos que, además de tener un origen noble «desde la cuna o nacimiento», detentaban las honores o bienfeitorias del rey, es decir, villas y castillos”. (UTRILLA UTRILLA, 2009, p. 213), além de, geralmente, ocuparem a função de conselheiros reais e possuírem o título de “Dom”.

Assim, o contexto no qual o rei Jaime I permaneceu no Castelo de Monzón (1214-1217) foi fortemente marcado pela disputa entre dois grupos nobiliárquicos: um deles favorável à regência do conde Sancho, cujo governo “[...] no fue otra cosa sino una sucesión de conflictos y banderías de nobles [...] cuya finalidad última era la de obtener beneficios (fiscales, económicos, concesión de honores) y privilegios específicos del grupo social al que pertenecían”. (UTRILLA UTRILLA, 2009, p. 206).

Dentre os nobres que apoiavam o regente estavam Dom Pedro Ahones, Dom Artorela, Dom Jimeno de Urrea, Dom Arnau Palacin, Dom Bernardo de Benavente e Dom Blasco Massa. Em contrapartida, o outro grupo estava representado por nobres que apoiavam o infante-abade Fernando em suas pretensões de domínio sobre o reino no período de menoridade do rei Jaime, sendo eles Dom Pedro Fernandez de Albarracin, Dom Rodrigo Lizana e Dom Blasco de Alagón.

No exercício de seu cargo, o conde Sancho Raimundo insistiu nas pretensões territoriais sobre o Languedoc, com atenção especial às terras provençais,

contrariando uma grande parcela da nobreza que visava uma política mais expressiva no interior da península (FERNÁNDEZ, 1970).

Deste modo, visando recuperar a soberania aragonesa sobre o condado de Toulouse, o conde Sancho empreendeu uma campanha militar contra as tropas de Simon de Montfort em 13 de setembro de 1217, culminando na morte do nobre francês e desencadeando a desaprovação da Santa Sé.

A oposição da nobreza e da Igreja no que tange às ações do conde Sancho no Languedoc fez com que o rei Jaime I o destituísse das funções de regente em 1218, um ano após sua saída do Castelo de Monzón, momento no qual foi declarada a sua maioridade e a partir do qual passou a governar com a assistência de um conselho regencial nomeado pelo papa, constituído pelos nobres Dom Jimeno Cornel, Dom Guilherme de Cervera, Dom Pedro Ahones e pelo arcebispo de Tarragona, Spargo, sendo que “[...] ahora Jaime, com diez años, se encontraba em manos de uma nobleza que lo sacó definitivamente del castillo de Monzón, y que em su mayor parte era aragonesa.” (CLARAMUNT, 2009, p. 223).

Após a destituição do conde Sancho da regência, a oposição nobiliárquica, majoritariamente empreendida por nobres aragoneses, passou a ser direcionada a Jaime I, que recém tinha iniciado suas funções como rei, “[...] intentando ésta controlar el creciente fortalecimiento del poder real.” (UTRILLA UTRILLA, 2009, p. 205).

Visando angariar aliados, Jaime I foi aconselhado a empreender laços matrimoniais com Leonor de Castela, uma das filhas do rei Afonso VIII, no ano de 1221, ato que solidificaria uma aliança com o Reino de Castela e traria o nascimento do seu primeiro filho, o infante Afonso, apesar do matrimônio ter sido anulado anos mais tarde com alegação de consanguinidade¹⁶. (FERNÁNDEZ, 1970).

O grupo nobiliárquico que agora direcionava sua oposição ao rei estava constituído não só pelos antigos opositores do conde Sancho, mas também por nobres que outrora eram partidários de Jaime I, como Dom Guilherme de Montcada¹⁷, Dom Nuno Sanchez (filho do conde Sancho) e Dom Pedro Ahones.

¹⁶ O pedido de anulação foi feito à Igreja pelo próprio rei Jaime I em 1229 com alegação de consanguinidade, visto que eram bisnetos de Afonso VII de Castela.

¹⁷ A linhagem dos Montcada figurava como uma das famílias nobres mais antigas do reino, congregando um grande patrimônio territorial além de gozar de grande prestígio juntos a seus pares e à Coroa.

A oposição desta importante parcela da nobreza, constituída em grande medida por nobres aragoneses – com excessão do visconde catalão Guilherme de Montcada – chegou ao seu ponto nevrálgico quando o rei e sua esposa Leonor chegaram a ser apriacionados em Zaragoza, permanecendo “[...] en manos de la liga nobiliaria que pretendía sin tapujos el control del reino y del rey” (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977, p. 149).

Neste episódio cabe destacar também a presença de Pedro de Ahones, que num primeiro momento fazia parte do conselho regencial do rei, inclusive auxiliando-o em uma incursão militar que sufocou a revolta dos nobres Rodrigo Lizana e Fernández de Azagra em 1220, mas que agora se voltava contra Jaime I ao lado do infante-abade Fernando.

O rei permaneceu sitiado na cidade de Zaragoza durante 3 semanas, período em que “[...] Guillermo de Moncada, Don Fernando, Nuño Sánchez y sus más íntimos comienzan a repartir las honores de Aragón a su entero capricho.” (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977, p. 149).

Após ceder à pressão dos nobres opositores, Jaime I, impulsionado pelo ímpeto de Reconquista com o qual havia sido educado pela Ordem dos Caveleiros Templários, buscou retomar a luta contra os muçulmanos da península, o que também dispersaria a atenção dos nobres que lhe faziam oposição.

Deste modo, visando à conquista de Valência, que se encontrava sob domínio muçulmano, Jaime I solicitou o auxílio militar de seus vassalos a partir da região de Teruel, ao sul do Reino de Aragão, no ano de 1226. Contudo, na data combinada para a reunião das tropas, apenas alguns nobres atenderam ao chamado do rei, demonstrando a condição enfraquecida de sua autoridade perante seus vassalos neste período inicial do seu reinado.

Assim,

O sítio de Valência não se realizou e como consequência Jaime estabeleceu uma trégua com seid Abu Seid, na qual este pagaria ao rei uma quinta parte das rendas de Valência e de Múrcia. Em troca, Jaime devia proteção a essa localidade e se limitava a não atacar a mesma (VIANNA, 2009a, p. 36).

Após este acordo de trégua com o governante muçulmano de Valência, Jaime I entrou novamente em choque com a nobreza do reino, desta vez especificamente com Pedro de Ahones, que se recusa a respeitar tal trégua em franca proposta de

confrontar o rei, uma vez que “[...] declara su intención de acometer de inmediato y por su cuenta una serie de ataques y pillajes em la frontera musulmana.” (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977, p. 153). Este ato levou a sua acusação por traição e ordem de prisão por parte do rei, sendo que a resistência do nobre culminou em sua morte pelas mãos dos cavaleiros reais em 1226.

A morte de Pedro Ahones fomentou a sublevação dos seus partidários, incluindo o infante-abade Fernando, levando o rei a empreender campanhas de pacificação dos principais focos da revolta, culminando na imposição do Acordo de Alcalá em 1227, que previa

[...] el perdón y el repecto mutuo entre el rey y los jefes rebeldes, devolución de cautivos y fortalezas y lugares tomados, reparación y devolución de responsabilidade por los danos e injurias cometidas trás la muerte de Pedro Ahones por el mismo rey o por parte de los caballeros. A Don Jaime se le reconoce el derecho de recuperar en el plazo de 10 días las posesiones que Ahones tenia em honor, pero se le pohíbe la incautación de cualesquiera otros bienes y ordena que en el mismo plano abone las cantidades debidas a la familia, puesto que en caso contrario los herederos podían retener en sus manos los lugares dados en fianza (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977, p. 161).

O Acordo de Alcalá representou um ponto-chave no reinado de Jaime I de Aragão ao estabelecer um fim às revoltas nobiliárquicas que inflamaram os primeiros anos do reinado do monarca aragonês, possibilitando a volta das atenções da coroa para a política externa do reino novamente, porém, desta vez direcionada ao leste, para o Mediterrâneo.

2. SEGUNDO CAPÍTULO: A CONQUISTA DE MAIORCA E O FORTALECIMENTO DO PODER E AUTORIDADE REAL DE JAIME I

Neste segundo e último capítulo da presente dissertação, iniciaremos com a explanação do panorama contextual referente à campanha destinada a conquistar a ilha de Maiorca, desde o planejamento inicial nas Cortes Gerais de Barcelona em 1228, passando pelas principais batalhas desenvolvidas ao longo do conflito, até a queda dos últimos focos de resistência da ilha em 1232.

Na sequência, direcionaremos o foco para a atuação de Jaime I como líder militar da campanha, começando pela elucidação dos motivadores que levaram o rei a iniciar a conquista chegando até as ações que protagonizou no decorrer da mesma, buscando compreender como tais atos influenciaram no fortalecimento do seu poder e autoridade enquanto rei. Para tanto, realizaremos a análise da fonte documental “O Livro dos Feitos de Jaime I de Aragão”, cruzando o panorama da conquista da ilha de Maiorca construído pelo rei ao longo da narrativa com as informações contextuais desenvolvidas ao longo desta dissertação.

2.1 A CONQUISTA DA ILHA DE MAIORCA (1229-1231)

O fim das querelas entre o rei Jaime I e a nobreza fomentado pelo Tratado de Alcalá trouxe como consequência a pacificação interna do Reino de Aragão, possibilitando à coroa voltar suas atenções para a retomada da política externa de expansão, interrompida desde a derrota de Pedro II na batalha de Muret, que teve como consequência o abandono das pretensões expansionistas no Languedoc.

Assim, a partir de 1228 os olhares da coroa se voltaram em direção ao leste, visando à expansão do reino aragonês para o mar Mediterrâneo, mais precisamente à ilha de Maiorca, que se encontrava sob domínio muçulmano e figurava como uma boa oportunidade para atender a tais fins expansionistas, devido a uma série de aspectos que serviriam como motivadores da posterior campanha destinada a conquistá-la, os quais analisaremos com mais profundidade no decurso desta dissertação.

Constituindo o arquipélago das Baleares juntamente com Minorca, Ibiza e Formentera, a ilha de Maiorca ocupava uma posição estratégica no Mediterrâneo, pois estava localizada no centro de importantes rotas comerciais que passavam pela

Península Ibérica, o sul da França, o norte da África e, especialmente por cidades italianas como Gênova, Veneza e Pisa. Assim,

[...] la privilegiada ubicación del archipiélago, anclado a los cuatro vientos, respecto a las rutas mediterráneas, permitió que actuara em seguida a modo de charnela y eficaz trampolín de la expansión marítima catalano aragonesa. (ARÁNDEZ, 1972, p. 66).

Deste modo, o rei Jaime I, utilizando de suas prerrogativas reais, convocou as Cortes Gerais de Barcelona em 1228, contando com a presença de representantes do clero e da nobreza, tendo como pauta principal o planejamento de uma campanha militar visando à conquista da ilha de Maiorca, ocasião em que teria proferido o seguinte discurso

Assim, nós vos rogamos encarecidamente por duas razões: a primeira por Deus; a segunda, pela natureza que temos convosco, que vós nos aconselhais e ajudais em três coisas: a primeira, que nós possamos colocar nossa terra em paz; a segunda, que possamos servir a Nosso Senhor nesta viagem que desejamos fazer ao reino de Maiorca e às outras ilhas que pertencem a ele; e a terceira, que deis conselho, de maneira que possamos cumprir a honra de Deus (JAIME I, 2010, capítulo 48, p. 93).

Destarte, durante a reunião, o rei, na condição de suserano, solicitou o auxílio de seus vassalos para a realização deste feito bélico e acordou com os mesmos que a divisão dos espólios de guerra se daria de acordo com as forças militares dispendidas por cada nobre.

Assim, no dia 5 de setembro de 1229, a frota catalão-aragonesa zarpou em direção à ilha de Maiorca, e, de acordo com o relato do rei presente no Livro dos Feitos, “[...] houve a partida de uma esquadra em Cambrils, e a maior partida, onde nós estávamos, ocorreu no porto da praia de Salou. As outras aconteceram em Tarragona, porque eram daquele lugar” (JAIME I, 2010, capítulo 55, p.102).

No mapa seguinte (Figura 7), podemos visualizar a posição estratégica da ilha de Maiorca no Mediterrâneo.

FIGURA 7 – POSIÇÃO DA ILHA DE MAIORCA NO MEDITERRÂNEO



FONTE: Adaptado de Google Maps (2019)

No que tange aos contingentes militares dispendidos para a campanha, especialmente a frota de invasão, de acordo com o rei, “era tão grande o tamanho da esquadra que havia vinte e cinco naus cheias, dezoito barcos, doze galeras e, entre barcos de carga e galeões, cerca de cem. Assim, foram cento e cinquenta barcos principais, exceto os barcos menores”. (JAIME I, capítulo 55, p.102).

Segundo Esteban Ribas (2011), no que concerne às tropas, é difícil estabelecer números precisos, porém, estima-se que a hoste contava com aproximadamente 3.000 cavaleiros e uma infantaria de 13.000 homens.

Cabe ressaltar a participação dos cavaleiros templários na conquista através do planejamento e execução de boa parte da campanha (ARREGUI, 2012). Conforme já destacamos, a influência da Ordem do Templo se fazia presente no reino de Aragão desde o século XII, estendendo-se inclusive na educação cavaleiresca de Jaime I, sendo que a sua participação na campanha contra a ilha de Maiorca pode ser explicada em virtude de um de seus principais princípios, o combate aos muçulmanos, considerados infiéis pela fé católica deste contexto, além da promessa do rei em repartir os espólios da campanha entre aqueles que participassem da mesma.

Apesar das batalhas transcorridas durante a campanha contra a ilha de Maiorca terem se dado exclusivamente em terra, o traslado até a ilha era um ponto de suma importância a ser considerado, especialmente no que diz respeito à escolha das embarcações. Deste modo, para a realização da travessia foram utilizadas, principalmente, as seguintes naus:

[...] *Taride*, barco típico do Mediterrâneo, apropriado para transportar cavalos e os efetivos militares. Assim, funcionavam como efetivos das galeras. Estas possuíam remos e, por isso, eram mais adequadas para ações de guerra - por sua velocidade de manobra - enquanto que os galeões, com vela, mais largos e curtos que as galeras, eram próprios da marinha mercante (COSTA; VIANNA, 2010, p. 102, nota 232).

A partir da escolha destas embarcações para realizar a travessia até a ilha de Maiorca, percebe-se que apesar de vislumbrar uma campanha terrestre, Jaime I não descartou a possibilidade de um confronto naval contra o rei maiorquino, fato este também exteriorizado na formação da esquadra, conforme o relato do rei

Antes de sairmos, ordenamos a forma na qual a esquadra iria: primeiramente, que a nau de Dom Bovet, na qual estava Dom Guilherme de

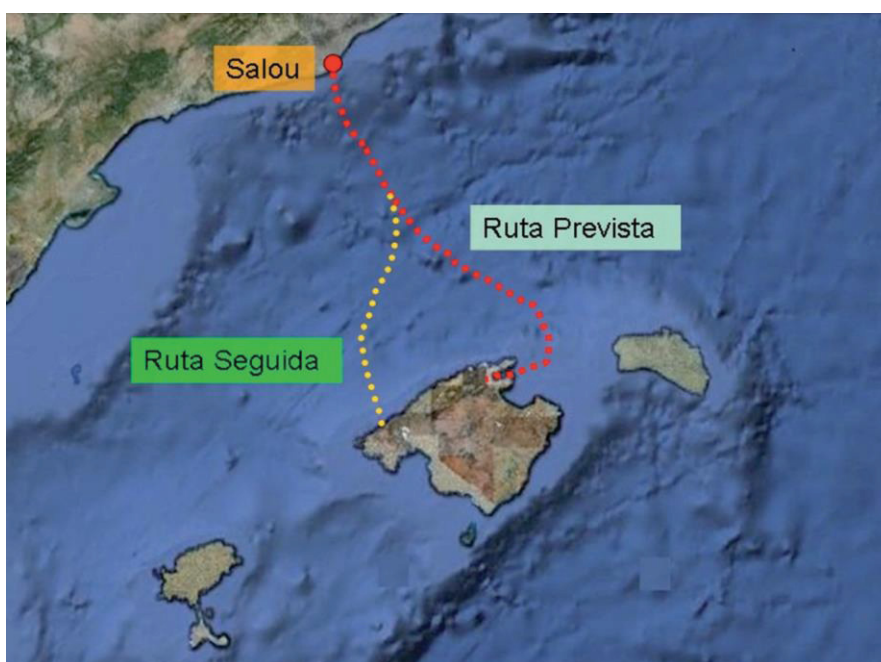
Montcada, guiasse e levasse um farol de lanterna, e que a de Dom Carroz estivesse na retaguarda e levasse outro de lanterna. As galeras iriam ao redor da esquadra para que se alguma outra galera abordasse a esquadra, encontraria primeiro as nossas galeras (JAIME I, capítulo 56, p. 102).

O planejamento estratégico sobre o local onde a frota aportaria na ilha também se constitui como um aspecto de suma importância, pois exerceu forte influência no posterior desenvolvimento da campanha.

A intenção inicial de Jaime I era aportar ao norte da ilha, na região de Pollença, principalmente por quatro questões estratégicas: 1) era mais próxima da costa da Península, especialmente de Tarragona, um dos pontos de partida da frota; 2) se constituía como o ponto mais remoto da capital da ilha, permitindo um desembarque furtivo; 3) a costa proporcionava proteção contra tempestades; 4) a população desta região se mostrou receptiva às forças de invasão, principalmente devido à imposição do pagamento de tributos pelos muçulmanos. (ESTEBAN RIBAS, 2011);

Apesar de todo o planejamento estratégico, as más condições climáticas forçaram uma alteração na rota de invasão da ilha, levando a frota a estabelecer como ponto de ancoragem uma costa próxima ao monte Pantaleu, que também oferecia boas condições defensivas, caso houvesse necessidade. Esta mudança na rota pode ser observada no mapa a seguir (Figura 8):

FIGURA 8 - ROTA DE INVASÃO DA ILHA DE MAIORCA



FONTE: ESTEBAN RIBAS (2011)

Após a reunião da frota, Jaime I decide, juntamente com seus nobres, enviar Dom Nuno e Dom Ramon de Montcada para que navegassem próximo à costa da ilha de Maiorca com o objetivo de encontrar um bom ponto para que a esquadra pudesse aportar em definitivo. Deste modo, de acordo com o rei,

“[...] eles encontraram um lugar que tinha o nome de Santa Ponsa, e avaliaram que era um bom lugar para se aportar, pois havia um monte próximo ao mar e, se quinhentos homens pudessem subir ali, não teríamos pavor de nos perdermos e toda a esquadra aportaria bem” (JAIME I, capítulo 59, p.108).

Assim, as forças de invasão catalano-aragonesa chegam às portas daquela que seria uma das maiores conquistas militares do reinado de Jaime I e também sua iniciação no mundo da guerra, pois considerando que “[...] na Idade Média, uma das funções reais era a guerra [...] era necessário que o rei combatesse para que servisse de exemplo para seus vassalos” (VIANNA, 2008, p.56).

Logo, a campanha destinada a conquistar a ilha de Maiorca deteve uma importância de primeira ordem para o jovem rei, então com 21 anos de idade, não só por se constituir como o ponto de partida da política externa do Reino de Aragão para o Mediterrâneo, mas também por se apresentar como uma oportunidade para fortalecer seu poder e autoridade como rei perante seus vassalos e outros reinos peninsulares, por meio de sua atuação como líder da campanha.

2.1.1 A Batalha de Santa Ponça

A praia de Santa Ponça foi escolhida para o desembarque definitivo da frota catalão-aragonesa, uma vez que se constituía como um local estratégico pelo fato de ser circundada por cadeias de montanhas que ofereciam uma proteção natural contra ataques inimigos, sendo necessários poucos soldados para defendê-la, o que favoreceria um desembarque seguro.

Considerando estas vantagens estratégicas, o rei Jaime I decide enviar uma força expedicionária comandada por Dom Ramon e Dom Guilherme de Montcada até a praia para que organizassem a defesa do desembarque da frota.

Contudo, essas ações estratégicas não passaram despercebidas pelo rei de Maiorca, principalmente devido aos movimentos de circunavegação operados pela frota cristã desde que tiveram de mudar os planos de desembarque, conforme

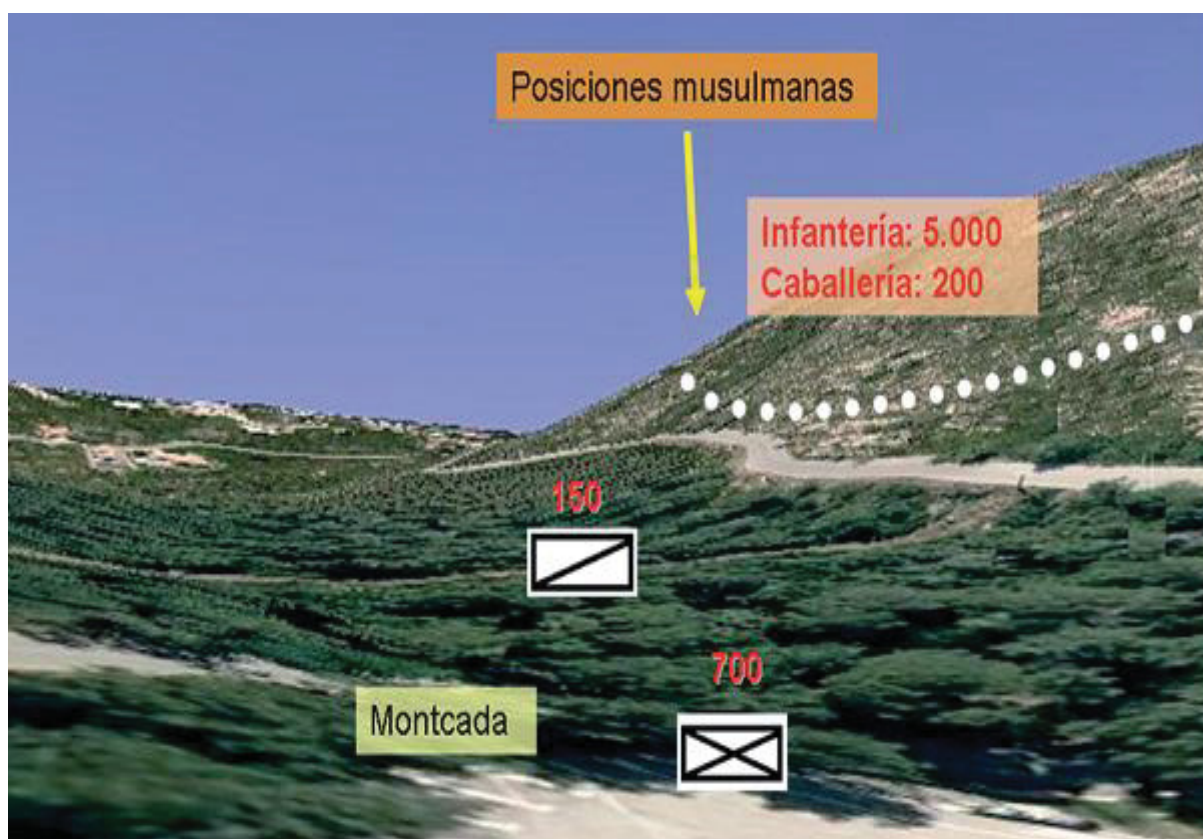
mencionado anteriormente. Sendo assim, “desde la capital se ha movilizado un ejército para que se oponga al desembarco de los catalano-aragoneses.” (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 25).

Deste modo, no dia 11 de setembro de 1229, as naus comandadas pelos Montcadas desembarcam na praia de Santa Ponsa com 150 cavaleiros e uma infantaria de 700 homens visando organizar a defesa do local (ESTEBAN RIBAS, 2011).

As forças muçulmanas destacadas para deter o avanço catalão-aragonês se concentraram nas colinas da praia de Santa Ponsa com aproximadamente 200 cavaleiros e uma infantaria de 5.000 homens. Apesar de estarem em inferioridade numérica, as forças comandadas pelos Montcada e um pequeno destacamento liderado pelo rei em pessoa causaram numerosas baixas nas hostes inimigas, sendo que grande parte abandonou a batalha.

No mapa seguinte (Figura 9), podemos ter um visão hipotética acerca das posições das tropas durante a batalha de Santa Ponça:

FIGURA 9 – RECONSTRUÇÃO HIPOTÉTICA DA BATALHA DE SANTA PONÇA



FONTE: ESTEBAN RIBAS (2011)

Tendo em vista o elevado número de baixas das forças muçulmanas e a não intenção de fazer prisioneiros por parte das tropas de Jaime I, podemos considerar que “[...] tal matanza ponía de relieve la intención última de conquista cristiana: el total exterminio de la población sarracena y posterior repoblamiento por colonos cristianos.” (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 27).

Com a vitória e a tomada da praia de Santa Ponsa, o conselho de guerra se reuniu na noite do dia 11 de setembro de 1229 para discutir os próximos passos da conquista e também organizar a defesa do acampamento frente a um possível contra-ataque muçulmano que, afortunadamente, não chegou a se realizar.

Enquanto isso, as hostes muçulmanas que abandonaram a batalha de Santa Ponsa reuniram-se com outro contingente militar enviado pelo rei de Maiorca, Abu Yahya, na Serra de Portopí, sendo esta uma

“[...] cadena montañosa de relativa poca altitud —alrededor de 400 metros —, pero de parajes agrestes, con vaguadas y lomas de difícil acceso y fácil defensa, un terreno desconocido para los cristianos, apto para las emboscadas y para la ocultación.” (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 32).

Foi nesta região que ocorreu o segundo confronto direto entre as tropas de Jaime I e do rei de Maiorca, a batalha de Portopí.

2.1.2A Batalha de Portopí

Na manhã do dia 12 de setembro, antes da reunião do conselho de guerra visando planejar o próximo passo da campanha, o bispo de Barcelona, Berenguer de Palou teria proferido o seguinte sermão:

Barões, agora não é hora de fazer um longo sermão, pois a ocasião não nos permite. Este feito em que nosso senhor rei e vós estais, é obra de Deus, não nossa. Logo, deveis fazer esta conta: aqueles que neste feito receberem a morte, a receberão de Nosso Senhor, e terão o Paraíso, onde terão a glória perdurável por todos os tempos; aqueles que viverem terão honra e valor em suas vidas e bom fim em suas mortes. Assim, barões, confortai-vos com Deus, porque o rei, vosso senhor, nós e vós, desejamos destruir aqueles que renegam o nome de Jesus Cristo. Todos os homens devem pensar, e podem, que Deus e Sua Mãe não se separarão de nós hoje, pelo contrário, nos darão a vitória. Portanto, deveis ter bom coração, pois assim vencerão tudo, já que a batalha deve ser hoje. Confortai-vos e alegrai-vos bem, pois vamos com um senhor bom e natural, e Deus, que está acima dele e de nós, ajudar-nos-á (JAIME I, capítulo 62, p. 113).

Neste discurso fica evidente a intenção de enfatizar o ideal cruzadístico imbuído na campanha, relembrando aos presentes as recompensas que receberiam em vida ou após a morte graças às suas ações guerreiras visando retomar as terras dos muçulmanos, considerados “infiéis”, e devolvê-las à Cristandade. Sendo assim, tal discurso reiterou o caráter da campanha como uma Guerra Santa, a qual “[...] era a guerra justa por excelência: uma obra meritória, uma obra pia, pois se aplicava aos inimigos da fé e da Igreja Cristã, valendo a palma do martírio para aquele que nela morria.” (DEMURGER, 2002, p. 22).

Após o sermão, o conselho de guerra se reuniu para organizar o plano de batalha contra as hostes muçulmanas que se encontravam na serra de Portopí, visando impedir o avanço das tropas invasoras até a capital da ilha, Palma de Maiorca (também chamada pelo nome árabe de *Madina Mayurca*).

Durante as discussões, foi acordado que Dom Guilherme e Dom Ramon de Montcada liderariam a vanguarda cristã contando com a presença dos cavaleiros templários, enquanto o rei Jaime e Dom Nuno Sanchez marchariam no centro-retaguarda (ESTEBAN RIBAS, 2011).

As hostes invasoras avançaram com a cavalaria dos Montcada pelo flanco esquerdo e os templários pelo direito, enquanto que a infantaria permaneceu mais recuada, porém pronta para avançar depois que as cargas da cavalaria abrissem brechas na defesa do inimigo, uma tática de guerra muito comum utilizada neste contexto pelos cavaleiros.

No que tange às forças inimigas,

[...] puede conjeturar que se desplegarían en tres líneas, a lo largo de la serranía. Aprovechando la topografía del terreno, los musulmanes distribuirían sus fuerzas con la intención de repeler las cargas cristianas, con lanceros, arqueros y honderos, y con la caballería ligera alerta para hostigar tanto a los caballeros cristianos como a su infantería. Las fuerzas de caballería pesada almohades se situarían en una posición seguramente más retrasadas, a la espera de poder asestar un golpe definitivo al ejército cristiano. (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 34).

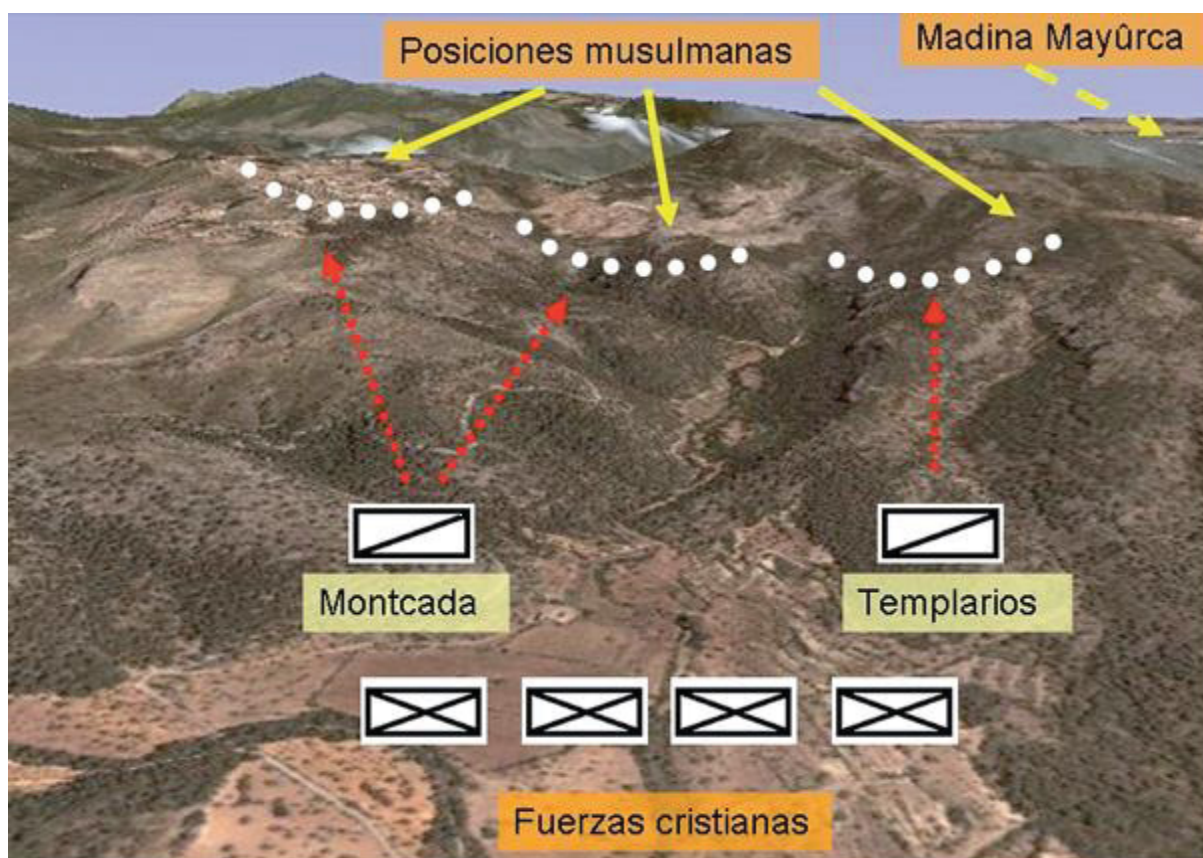
Devido às condições topográficas acidentadas do terreno da serra de Portopí, a batalha manteve-se equilibrada por um tempo, sendo que os avanços bem sucedidos das hostes invasoras se deram em locais onde o terreno se mostrava mais propício aos ataques.

A referida batalha terminou com numerosas baixas em ambos os lados, inclusive dos líderes da vanguarda cristã Guilherme e Ramon de Montcada, porém a vitória das hostes invasoras se deu graças à superioridade numérica fornecida pela retaguarda da hoste liderada pelo rei Jaime em pessoa, além disso

[...] parte del éxito se debió también a la precariedad del armamento de los musulmanes, puesto que solo una parte de ellos disponía de armadura y escudo –las unidades profesionales almohades del valí–; por el contrario, buena parte de la infantería cristiana –la real, la nobiliaria y parte de la milicia urbana–, deberían disponer de armaduras de cota de malla, perpunes, sobrevestes, etc. (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 43).

No mapa a seguir (Figura 10), podemos visualizar uma reconstrução hipotética da batalha transcorrida na serra de Portopí:

FIGURA 10 - RECONSTRUÇÃO HIPOTÉTICA DA BATALHA DA PORTOPÍ



FONTE: ESTEBAN RIBAS (2011)

Após a vitória, o rei planejava marchar com a hoste imediatamente para a capital da ilha, principalmente por considerar a possibilidade de o rei maiorquino angariar apoio de muçulmanos do norte da África. Contudo, foi aconselhado a

levantar acampamento para realizar um balanço das baixas aliadas, momento em que o rei tomou conhecimento da morte dos Montcada, que foram velados naquela mesma noite (ESTEBAN RIBAS, 2011).

2.1.3 Conquista da capital maiorquina

O cerco à capital teve início na manhã seguinte com a utilização de máquinas de guerra como trabucos¹⁸ e catapultas¹⁹ para a transposição das muralhas e anulação da força das torres da cidade.

Por sua parte, um grupo de muçulmanos desviou o suprimento de água do acampamento invasor visando enfraquecer as forças de Jaime I e quiçá fomentar o rompimento do cerco. Contudo, as ações desse grupo foram sufocadas pelas forças de Jaime I, culminando na morte de todos os participantes. (BLEYE, 1958).

O cerco transcorreria pelos próximos quatro meses, espaço de tempo em que várias tentativas de pôr fim ao conflito por vias diplomáticas foram empreendidas, porém sem sucesso. Dentre elas, destaca-se uma em particular, na qual o rei de Maiorca propôs a Jaime I, com a intermediação de Dom Nuno, que permitisse a sua saída, juntamente com sua família e principais servos, para a região da Berberia (norte da África), deixando a ilha à mercê do rei aragonês. Assim como as tentativas anteriores, esta proposta foi recusada por Jaime I principalmente pela intervenção da parcela catalã da hoste, que exigia vingança pela morte dos Montcada. (BLEYE, 1958).

A invasão final da cidade ocorreu no dia 31 de dezembro de 1229, culminando na captura do rei de Maiorca e na debandada de uma parte das tropas maiorquinas, e

Depois da invasão, das mortes e do massacre que ocorrera, surgiram os primeiros focos de resistência. O primeiro foi o castelo de Amudaina: diante desta fortaleza cerca de trezentos muçulmanos morreram quando tentavam

¹⁸ [...] estrutura de madeira, em forma de “T” ou “V” invertido, articulada com um grande braço de madeira. Este braço de madeira dividia-se, através do suporte do engenho, em duas partes: a parte mais longa do braço destinava-se à funda ou cavidade em forma de colher onde se colocava o projétil; o braço mais curto adaptava-se, por sua vez, ao sistema de lançamento optado pelos construtores. (COSTA, 2014, p. 52-53).

¹⁹ [...] a catapulta consistia numa estrutura de madeira, em forma de t, com um braço maior do que o outro, suportado por um cavalete de madeira. Na extremidade do braço mais longo era colocada uma funda, destinada a receber o projétil.” (COSTA, 2014, p. 47).

se proteger. Estes focos de resistência continuariam por muito tempo, liderados principalmente pelos muçulmanos que fugiram para as montanhas da ilha após a invasão da cidade. (VIANNA, 2009a, p. 119).

Com a tomada da capital, o rei de Aragão tratou da divisão do botím de guerra entre os nobres participantes, conforme prometido durante a reunião das Cortes Gerais de Barcelona em 1228, bem como logo deixou a ilha de Maiorca retornando à península em 1230.

No mapa a seguir (Figura 11) podemos observar os principais locais da ilha de Maiorca que se destacaram durante a campanha de conquista empreendida por Jaime I.

FIGURA 11 – PRINCIPAIS PONTOS DA CONQUISTA DE MAIORCA



FONTE: ESTEBAN RIBAS (2011)

Ao longo dos dois anos seguintes, Jaime I teve de retornar por mais duas vezes à Maiorca. Primeiro em 1231, visando a defesa preventiva contra o rei de Túnis, no norte da África, que, segundo rumores, estava planejando um ataque à ilha. Contudo, tal investida não chegou a se realizar de fato e Jaime valeu-se da

viagem para colocar-se frente às tropas que estavam combatendo os últimos focos de resistência muçulmana na ilha a partir dos castelos de Pollença, Santueri e Alaró (BLEYE, 1958), contudo a submissão completa dos rebeldes se daria somente no ano seguinte, em 1232, quando do segundo retorno do rei à ilha.

No mapa seguinte (Figura 12), podemos visualizar os principais focos da resistência muçulmana remanescentes na ilha de Maiorca até o ano de 1232.

FIGURA 12 – FOCOS DA RESISTÊNCIA MUÇULMANA EM MAIORCA ATÉ 1232



FONTE: Adaptado de Google Maps (2018)

Deste modo, após a pacificação destes últimos focos de resistência, a ilha de Maiorca foi completamente incorporada aos domínios da coroa aragonesa, representando um ponto-chave na política externa do reino, não somente por sua posição estratégica que fomentaria um maior desenvolvimento do comércio, mas também como uma conquista de alto valor simbólico naquele contexto de guerra contra os muçulmanos, sendo a primeira conquista cristã ultramarina no âmbito da Reconquista Ibérica.

Além disso, a campanha contra a ilha de Maiorca também representou a oportunidade para que o rei se colocasse na primeira linha do planejamento estratégico e das decisões tomadas frente àquele contexto que serviu como sua iniciação do mundo da guerra, assumindo desta forma a posição de líder militar, característica fundamental de um rei neste contexto.

2.2 A CONQUISTA DE MAIORCA E O PROTAGONISMO DE JAIME I COMO LÍDER MILITAR

Tendo apresentado o panorama geral do contexto histórico relativo à conquista da ilha de Maiorca, seguiremos com a análise da fonte documental “O Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão”, buscando trilhar os passos para a resolução da problemática de pesquisa evocada na introdução desta dissertação, ressaltando novamente que a fonte supracitada se constitui como uma versão dos acontecimentos narrados, a qual analisaremos com esta tal ressalva destacada, além de também nos valermos de discussões trazidas pela historiografia especializada como sustentáculo para a construção de nossa análise.

Partiremos da explanação e análise dos principais motivadores da campanha que classificamos em 4 grupos: 1) nobiliárquico, 2) religioso, 3) político e 4) estratégico, os quais elucidaremos a partir do cruzamento de informações contextuais e documentais, metodologia da qual também nos valeremos na sequência do texto, quando analisaremos alguns momentos da campanha militar contra a ilha de Maiorca, nos quais as ações de Jaime I são mostradas como importantes elementos para o fortalecimento do seu poder e autoridade enquanto rei.

2.2.1 Os motivadores

De acordo com o relato de Jaime I no Livro dos Feitos, as primeiras discussões em torno de uma possível conquista da ilha de Maiorca tiveram início em Tarragona, na Catalunha, a partir do relato de um comerciante barcelonês chamado Dom Pedro Martel aos nobres catalães Nuno Sanchez, Guilherme e Ramon de Montada, Guerau de Cervelió, Ramon Alamano, Guilherme de Claramunt e Bernardo de Santa Eugênia, no que tange aos aspectos geográficos da ilha:

Dom Pedro Martel, cidadão de Barcelona que sabia muito sobre o mar, convidou a nós e a todos aqueles nobres que estavam conosco. Quando estávamos no fim da comida, levantaram-se palavras entre eles. Perguntaram a Dom Pedro Martel, capitão de galés, que terra era Maiorca e quanto aquele reino tinha de extensão. Dom Pedro Martel respondeu que poderia dizer novidades, pois já estivera lá uma ou duas vezes. Ele calculava que a ilha de Maiorca tinha cerca de trezentas milhas de diâmetro, que Minorca era oposta à Sardenha, ilha que recebia o vento grego, que Ibiza recebia o vento *garbi* e que Maiorca era a principal dessas ilhas e todos faziam o que o senhor de Maiorca ordenava. Havia ali outra ilha próxima a Ibiza de nome Formentera, habitada por sarracenos. Havia ainda um estreito de mar de uma milha entre Ibiza e Formentera. (JAIME I, 2010, capítulo 47, p. 90-91).

Neste excerto é possível constatar a riqueza de detalhes geográficos fornecidos por Dom Pedro Martel sobre a ilha de Maiorca, além das ilhas ao seu entorno, Ibiza e Minorca, demonstrando “[...] que os navegadores da época tinham um bom conhecimento sobre assuntos marítimos de cada região.” (VIANNA, 2009a, p. 58).

Deste modo, desenha-se o primeiro motivador da conquista que chamamos de nobiliárquico, pois o relato deste comerciante aos nobres catalães serviria de combustível para alimentar o desejo nobiliárquico de ampliação e domínio sobre novas terras, além de instigar a expansão comercial barcelonesa pelo Mediterrâneo, no qual a pirataria [...] constituía el principal obstáculo para o desarrollo de las relaciones con Italia.” (FERNÁNDEZ, 1970, p. 286).

Assim, a possibilidade de expansão territorial somada à segurança que a conquista de um território situado no Mediterrâneo como a ilha de Maiorca proporcionaria ao desenvolvimento comercial de Barcelona e, por consequência, da Catalunha, impeliu os nobres citados acima a repassarem o relato de Dom Pedro Martel a Jaime I, instigando-o a iniciar uma campanha militar visando a conquista da ilha de Maiorca:

— Senhor, nós perguntamos a Dom Pedro Martel algo que cremos que a vós agradará: uma ilha que o nome de Maiorca. Nessa ilha há um rei, e sob esse reino há outras ilhas subjugadas ao rei de Maiorca, chamadas Minorca e Ibiza. O que Deus deseja ninguém pode desviar ou tomar. Deve agradar-vos – e nós consideramos por bem – que conquisteis aquela ilha por duas razões: a primeira, que vós e nós valeremos mais; a outra, que será coisa maravilhosa as gentes ouvirem sobre esta conquista, pois vós tomaríeis uma terra e um reino dentro do mar, onde Deus o quis formar (JAIME I, 2010, capítulo 47, p. 91).

Neste trecho do discurso dos nobres ao rei, fica evidente a evocação de princípios providencialistas da fé católica como legitimadora inicial da possível campanha contra Maiorca, constituindo-se como a motivação religiosa da mesma, levando em consideração que a ilha se encontrava sob domínio muçulmano, sendo assim, sua conquista se constituiria como “[...] o momento em que Jaime definitivamente vivenciou o contexto presente na Península Ibérica representado pela reconquista dos territórios cristãos frente os muçulmanos” (VIANNA, 2009a, p. 56), além disso, os nobres também lembraram ao rei a proporção de importância que a conquista traria ao reino, já que “[...] a empresa de Maiorca foi a primeira, no âmbito da Reconquista, realizada em um território ultramarino.” (VIANNA, 2009a, p. 59).

Após ouvir o relato dos nobres, Jaime I, de acordo com seu relato no Livro dos Feitos, emitiu a seguinte resposta:

Nós ouvimos suas palavras e tivemos um grande prazer. Então respondemos:

— Estamos muito agradecidos com esse pensamento que vindes fazer a nós. Por isso, o que nós fizemos ali não ficará incompleto. Assim, naquele lugar tivemos acordo e conselho que fizéssemos nossa Corte Geral em Barcelona, que fosse uma Corte Geral com o arcebispo de Tarragona, todos os bispos, abades e ricos-homens que dissemos acima, além dos cidadãos da Catalunha. Além disso, que todos naquele dia estivessem conosco em Barcelona. (JAIME I, 2010, capítulo 47, p. 92)

A partir da análise deste trecho, podemos traçar alguns apontamentos que consideramos como partícipes da motivação política da campanha. Percebe-se que o rei se revelou inclinado a aquiescer ao conselho dos nobres, pois devemos lembrar que o Acordo de Alcalá visando a pacificação da nobreza após as inúmeras querelas nobiliárquicas que inflamaram o início do seu reinado havia sido recém-imposto pela coroa, deste modo, era compreensível que o rei desejasse atender aos anseios da nobreza, pois “o poder régio apoia-se no nível da sua sociedade política, em vínculos pessoais [...]” (FERNANDES, 2005, p. 156), considerando como sociedade política “todos aquellos grupos sociales con capacidad efectiva y continua para la práctica de poder político, tanto por el que ejercen ellos por sí mismos como por su intervención o participación en el de la monarquía” (LADERO QUESADA, 2000, p. 462).

Destarte, compreendemos que a posição inicial de Jaime I em atender ao desejo dos nobres catalães no que tange a uma campanha militar visando a

conquista da ilha de Maiorca está diretamente relacionada à necessidade do equilíbrio de poder interdependente entre a monarquia e a sua sociedade política, com atenção aqui especificamente à nobreza, pois

[...] o funcionamento da sociedade política medieval implica na manutenção de um equilíbrio entre o rei e as suas bases de poder, um pacto que não pode ser rompido unilateralmente sob risco de deposição régia ou perseguição justificada. (FERNANDES, 2004, p. 30).

Assim, uma possível luta armada que então se desenhava contra os muçulmanos de Maiorca assumiria um papel central para a manutenção do equilíbrio de poder entre o rei e a sua sociedade política, pois “[...] vehiculaba la cimentación entre los grupos dirigentes, apiñados en torno a su líder”. (UTRILLA UTRILLA, 2012, p. 161).

Consideramos também que tal inclinação do rei a respeito dos anseios de expansão da nobreza catalã estava relacionada a uma tentativa de aproximação com a sua sociedade política, mantendo “[...] relación con los grupos dominantes con el fin de lograr el establecimiento de las políticas oportunas” (SESMA MUÑOZ, 2014, p. 69), visto que passou os primeiros anos de sua infância na fortaleza estrangeira de Carcassone, afastado do círculo nobiliárquico de Aragão e da Catalunha, em virtude do acordo firmado entre seu pai e o conde francês Simon de Montfort, durante as movimentações da Cruzada Albigense.

Neste âmbito, devemos recordar que a oposição nobiliárquica com a qual Jaime teve de lidar durante os primeiros anos do seu reinado não foi, em grande medida, engendrada pela nobreza catalã, com a qual o rei teve somente alguns problemas pontuais que tão logo foram contornados. Em contrapartida, a grande oposição foi majoritariamente empreendida pela nobreza aragonesa, insatisfeita com o fim do sistema de concessão de *honores* como forma de compensação por serviços prestados ao monarca.

Sendo assim, apoiar a proposta de expansão territorial para o Mediterrâneo permitiria o desenvolvimento de uma aproximação do rei, tanto com a nobreza catalã quanto com a insatisfeita nobreza aragonesa, que agora vislumbrava uma possibilidade concreta de expandir seus domínios para outras terras, visto que a promessa do rei, conforme vimos anteriormente, era de que todos os espólios móveis e imóveis que resultassem da conquista da ilha de Maiorca seriam divididos

entre os nobres que o acompanhassem de acordo com os contingentes militares que cada um dispenderia para a campanha.

Deste modo, para Jaime I, tal campanha representaria uma oportunidade de alinhar e congregar em torno de si os interesses da sua sociedade política, representada pelos núcleos nobiliárquicos aragonês e catalão, com os quais era necessário um relacionamento positivo, possibilitando assim o equilíbrio de poder entre a monarquia e a nobreza, o que garantiria o bom andamento do seu reinado posteriormente.

Além disso, também devemos levar em consideração a função do rei como líder militar, logo, “quando os nobres solicitaram ao rei esta conquista, sabiam que essa era uma obrigação inerente à sua pessoa” (VIANNA, 2009a, p. 59), pois “os deslocamentos reais eram realizados por necessidade, uma vez que eles eram chefes de guerra, atividade da qual dependiam para aumentar seu prestígio e sua legitimidade junto aos seus próximos.” (COSTA, 1998 *apud* VIANNA, 2009a, p. 59).

Somado aos motivadores discorridos anteriormente, um fator estratégico relacionado a região ultrapirenaica do Languedoc também deve ser destacado por sua influência para o direcionamento da política externa em direção a ilha de Maiorca.

Devemos recordar que mesmo após a derrota de Pedro II na batalha de Muret em 1213, as pretensões ultrapirenaicas foram retomadas pelo seu tio, o conde Sancho Raimundo, enquanto este congregava a atribuição de regente, quando da menoridade de Jaime I. Esta insistência do conde em relação ao Languedoc, como já vimos no primeiro capítulo desta dissertação, levou a retomada do condado de Toulouse e a morte de Simon de Montfort, chefe das tropas francesas durante a Cruzada Albigense.

Contudo, tal atitude por parte do regente gerou o descontentamento do papado, ocupado então por Honório III, o qual “[...] amenazó Jaime I y a sus barones con censuras espirituales y castigos temporales si no cesaban en su auxilio a los rebeldes de Laguedoc” (FERNÁNDEZ, 1970, p. 284). Este posicionamento do papado também levou ao desinteresse da nobreza catalano-aragonesa pelas terras ultrapirenaicas, fazendo com que a possibilidade de expansão em direção ao Mediterrâneo se tornasse a opção mais lógica e estrategicamente viável para Jaime I. Assim, naquelas circunstâncias, podemos entender que não era interessante para o rei gerar um conflito com o papado, visto que o seu retorno a Aragão e posterior

subida ao trono se deu por influência da Santa Sé, nem com a nobreza, com a qual buscava uma aproximação e um equilíbrio de poder para o bom desenvolvimento do seu reinado, conforme vimos anteriormente.

Apesar de todos esses motivadores que justificam o direcionamento da política externa catalano-aragonesa para a ilha de Maiorca, ainda se fazia necessária a convocação das Cortes Gerais para que a proposta de expansão inicialmente incitada pelos nobres catalães também fosse apresentada aos representantes do clero e da cidade de Barcelona, local onde a mesma foi reunida em dezembro de 1228, para que os principais detalhes sobre uma possível conquista fossem discutidos e planejados, sendo que, para Jaime I, “pela primeira vez em seu reinado estava estabelecida a concordância entre a política real, a vontade expansiva da nobreza e os interesses comerciais catalães” (VILLACANÑAS, 2004 *apud* VIANNA, 2009a, p. 61), sendo que as cortes se constituem como o momento em que os municípios estabelecem “[...] un marco de relación con la corona, de tal modo que la satisfacción de las necesidades del rey se corresponda con la concesión de las peticiones de los súbditos” (SABATÉ I CURULL, 2009, p. 248). Deste modo, de acordo com o relato do rei no Livro dos Feitos

Naquele dia em que nossa corte fora convocada, fomos a Barcelona, nós, o arcebispo, os bispos e os ricos-homens. Quando chegou o outro dia em que a corte foi reunida, estavam todos em nosso antigo palácio que o conde de Barcelona construiu. Assim, quando estavam todos diante de nós, principiamos nossas palavras da seguinte maneira:

— *“Illumina cor meun, Domine, et verba mea de Spiritu Sancto”*. Nós rogamos a Nosso Senhor Deus e à Virgem Santa, Sua Mãe, para que possamos dizer algumas palavras em honra de nós de vós, as quais escutareis, e que elas sejam prazerosas a Deus e à Sua Mãe, Nossa Senhora Santa Maria. Nós queremos falar de boas obras, pois as boas obras vêm Dele e são Suas. E aquelas palavras que nós dissermos, assim serão. E queira Deus que nós possamos chegar a um bom termo. É certo que nosso nascimento se fez por virtude de Deus, porque nosso pai e nossa mãe não se queriam bem, e foi vontade de Deus que nascêssemos neste mundo. E se nós disséssemos as condições e as maravilhas que aconteceram no dia de nosso nascimento, seriam grandes, mas deixaremos de lado, pois isso já foi demonstrado no princípio deste livro. (JAIME I, 2010, capítulo 48, p. 92-93).

Neste discurso inicial do rei durante as Cortes Gerais de Barcelona, percebe-se mais uma vez a utilização de um caráter providencialista em suas palavras, através das quais o rei fez questão de evocar o possível caráter milagroso de seu nascimento. Neste sentido, conjecturamos que sua intenção seria mostrar aos presentes que suas ações como rei estavam imbuídas de um caráter sagrado e

como uma vontade de Deus, que, de acordo com o rei, já se fazia presente desde o seu nascimento.

O rei continuou seu discurso dizendo

Certamente vós sabeis que somente nós somos vosso senhor natural, sem irmãos nem irmãs, pois nosso pai não teve mais ninguém de nossa mãe, e que viemos a vós muito cedo, pois éramos um jovem de seis anos e meio, e encontramos Aragão e Catalunha conturbados, pois uns estavam contra os outros, e não se acordavam em nada, pois o que uns queriam, os outros não queriam. E havia má fama pelo mundo por causa dessas coisas que tinham acontecido. Este mal nós não podemos reparar a não ser de duas maneiras, isto é, pela vontade de Deus, que nos endereça em nossos assuntos para que façamos tais coisas, e se vós e nós fizermos isso com prazer, para que a coisa seja tão grande e boa que a má fama que está entre vós termine, porque a claridade das boas obras desfaz a escuridão (JAIME I, capítulo 48, p. 93).

Nesta parte do discurso, Jaime I relembra a sua precoce ascensão ao trono de Aragão, assim como as conturbações e disputas engendradas pela nobreza catalano-aragonesa que inflamaram o início do seu reinado culpando-as por disseminar “má fama” pelo reino, além de utilizar a oposição luz/escuridão para explicar como esta poderia ser desfeita, sendo que

Esta “escuridão” refere-se às lutas internas que ocorreram na Coroa de Aragão entre os vassallos de Jaime, e também entre estes e o rei [...]. Portanto, no pensamento do rei, com a conquista da ilha a “luz” voltaria para o reino de Aragão e essa luz dissiparia a “má fama” existente (VIANNA, 2009, p. 63).

Deste modo, Jaime I finaliza seu discurso da seguinte forma:

Assim, nós os rogamos encarecidamente por duas razões: a primeira por Deus; a segunda, pela natureza que temos convosco, que vós nos aconselhais e ajudais em três coisas: a primeira, que nós possamos colocar nossa terra em paz; a segunda, que possamos servir a Nosso Senhor nesta viagem que desejamos fazer ao reino de Maiorca e às outras ilhas que pertencem a ele; e a terceira, que deis conselho, de maneira que possamos cumprir a honra de Deus.
E dito isto, findamos nossas palavras. (JAIME I, 2010, capítulo 48, p. 93).

Neste trecho final do discurso de Jaime I fica evidente a convocação que o rei faz aos presentes, seus vassallos, para que o apoiassem na campanha contra a ilha de Maiorca, lembrando aos mesmos de forma implícita duas das principais obrigações que lhes deviam à luz do contrato feudo-vassálico: o *auxilium*, que “[...] incluía, ante todo, un servicio de armas que el vasallo prestaba a caballo”

(AGUIRRE; GARCIA DE CORTÁZAR; MUÑOZ, 2014, p. 220) e o *consilium*, segundo o qual “[...] el vasallo debía aconsejar a su señor, lo que hacía tanto deliberando como administrando justicia con los restantes vasallos en la corte señorial.” (AGUIRRE; GARCÍA DE CORTÁZAR; MUÑOZ, 2014, p. 220).

Deste modo, percebemos através do discurso presente no Livro dos Feitos e transcrito acima, que Jaime I solicitou não só o auxílio militar dos seus vassallos para a campanha contra a ilha de Maiorca, mas também que o aconselhassem durante a realização de tal feito.

Findadas as palavras do rei, de acordo com o Livro dos Feitos, cada um dos três segmentos que compunham as Cortes (clero, nobres e representantes das principais cidades catalãs) iniciaram suas exposições:

O arcebispo de Tarragona, de nome Dom Espárech, levantou-se, pelos pedidos que os ricos-homens lhe faziam, pois queriam que ele falasse primeiro. Ele respondeu dessa maneira:

— Senhor, nós bem sabemos que vós vindes muito jovem entre nós e que tendes grande necessidade de conselho com tão grandes palavras como as que vós haveis proposto aqui. Nós acordamos responder-vos de tal maneira que será em honra de Deus, de vós e de nós.

Dom Guilherme de Montcada respondeu pelos nobres e por ele, e disse que muito agradecia a Nosso Senhor pelo bom propósito que ele nos tinha dado e, como a coisa era grande e muito nobre, não podia responder antes de um grande conselho:

— Mas isso diremos diante de todos: e o conselho será tal que vós e deveis receber, e nós, dar.

Então falaram os homens das cidades. Dom Berenguer Girart, que era de Barcelona, respondeu por eles, levantou-se e disse:

— Nosso Senhor, que Senhor de vós e de nós, desejou colocar-vos nessas boas palavras que vós dissestes. E agrada a Ele que nós possamos responder de tal maneira que vós possais cumprir vossa vontade em honra de Deus e de vós. Então, que façamos simultaneamente nosso acordo com eles e respondi-vos.

Disse o arcebispo:

— O clero se reunirá de um lado, os ricos-homens de outro e os cidadãos acordarão entre si.

E todos concordaram. Assim, naquele dia se dissolveu a Corte, e eles acordaram que, ao terceiro dia, nos responderiam. (JAIME I, 2010, capítulo 49, p. 93-94).

Com o discurso dos três segmentos percebemos que há a demonstração de um pré-apoio ao rei, mas que a decisão final apenas seria tomada após a reunião em separado de cada um deles.

Na sequência da narrativa do Livro dos Feitos, um episódio merece ser destacado, no qual o rei se reuniu secretamente com o segmento nobiliárquico antes da nova reunião das Cortes:

De nossa parte, nos reunimos secretamente; estiveram conosco os ricos-homens, e nos falaram antes do arcebispo e dos bispos. Então se levantou o conde de Ampúrias e disse:

— Isso eu vos direi antes da resposta que vos devem dar os vossos nobres; se há homens no mundo com má fama, nós temos boa fama, pois costumávamos tê-la. Vós estais entre nós como nosso senhor natural, e é necessário que façais tais obras com a nossa ajuda, para que possamos recuperar a honra que perdemos. Dessa maneira a recuperaremos se vós, com nossa ajuda tomardes o reino dos sarracenos que está no mar. E assim tiraremos toda a nossa má fama, e será o melhor feito que os cristais farão em cem anos. Pois mais vale morrer e recuperar a boa honra que costumávamos ter e o bem que nós e nossa linhagem costumávamos ter, que viver na má fama em que estamos. Por isso, vos digo que, de todas as maneiras do mundo, por meu conselho, se faria este feito.

Todos concordaram com as palavras que o conde de Ampúrias disse. Assim, cada um disse boas palavras como podiam para incitar o feito. Naquele entardecer, acordamos que ao amanhecer fizéssemos Cortes Gerais, e que eles responderiam primeiro para instigar o clero e os cidadãos. Enviamos então pelos ricos-homens uma mensagem ao arcebispo, aos abades e aos bispos, para que eles estivessem diante de nós ao amanhecer para dar-nos a resposta. (JAIME I, 2010, capítulo 49, p. 94-95).

Com as palavras do conde de Ampúrias, representando a nobreza, confirma-se a premissa de que a campanha destinada a conquistar a ilha de Maiorca foi incitada pelos nobres catalães, considerando que tradicionalmente, “[...] encontraron su razón de ser y su fortuna em um estado de guerra permanente, en la conquista, pero también en la explotación y repoblación de las tierras.” (GERBERT, 1997, p. 17).

Com a nova reunião das cortes, representantes dos três segmentos transmitiram suas decisões ao rei. Destarte, focaremos na análise das principais nuances contidas nas palavras do visconde de Bearn, Guilherme de Montcada, do arcebispo de Tarragona, Dom Espàrech e de Dom Pedro Grony, representante da cidade de Barcelona.

Iniciaremos com a análise das palavras de Dom Guilherme de Montcada:

— Senhor, é coisa verdadeira que Deus vos fez para nos reger, e nos fez para vos servíssemos bem e lealmente. Mas não poderemos vos servir bem nem lealmente se vossa fama e vossa honra não forem elevadas com todo o nosso poder, pois vossa exaltação é a nossa exaltação, e o vosso bem nos atinge. Portanto, a razão diz que, quando estes dois motivos concordam, nós também devemos querer. E semelhantemente àquele feito que vós falastes, o de conquistar o reino de Maiorca, que está dentro do mar, ele nos seria uma maior honraria que se conquistássemos três reinos em terra. E por vossa honra, senhor, devemos esforçar-nos acima de todas as coisas do mundo. Assim, nós vos dizemos os três conselhos que vós nos solicitastes, que pacifiqueis vossa terra e que vos ajudemos de maneira que aquele feito se possa cumprir em honra de vós e de nós. Primeiramente, que façais Paz e Trégua por toda a Catalunha e coloqueis em seus escritos

todos aqueles que a aceitarem. E Dom Nuno, que está aqui e é neto do conde de Barcelona, estará nesta paz conosco por duas razões: pelo bom parentesco que tem conosco, e pelas boas obras que vós queria fazer. E caso alguém na Catalunha não quisesse aceitar isso, nós o obrigaremos, por bem ou por mal. Além disso, queremos que recebamos o *bovatge* de nossos homens, mas oferecemo-vos como doação, porque já o haveis tomado por vosso direito, como é costume que os reis o recebam uma vez. Assim, está vos damos por graça e por amor, para que vós façais bem a vossa obrigação. E ofereço-vos, eu e minha linhagem, servir-vos com quatrocentos cavalos armados e cavaleiros, até que Deus vos tenha dado a ilha de Maiorca com as senhorias das outras ilhas que estão em volta, ou seja, Minorca e Ibiza. Nós não nos afastaremos de vós até que a conquista esteja completa. E Dom Nuno e os outros dirão por si mesmos a ajuda que cada um deles vos dará. E rogamos-vos que, depois nós fizermos estas três coisas por vós, que nos concedeu parte da conquista que vós fareis conosco, as coisas móveis e imóveis, porque vos serviremos, e desejamos fazer parte, para que, por todos os tempos, permaneça na memória o serviço que nós vos faremos. (JAIME I, 2010, capítulo 50, p. 95-97).

Ao analisar as palavras de Dom Guilherme de Montcada, logo de início percebemos que é evocada, em certa medida, a aceitação da autoridade de Jaime I enquanto rei e suserano, remetendo tal autoridade à vontade divina, o que garantiria um tom legitimador à mesma, dado que “[...] Dom Guilherme de Montcada reconhecia a autoridade de seu soberano, questão muito discutida durante o início do reinado de Jaime” (VIANNA, 2009a, p. 67).

Além disso, ao longo do discurso também podemos identificar alguns aspectos relacionados às obrigações vassálicas ao suserano, primeiro quando Dom Guilherme de Montcada aconselha que o rei estabeleça “Paz e Trégua” pela Catalunha, “[...] visada para assegurar as fronteiras do reino contra possíveis invasões durante a conquista” (VIANNA, 2009a, p. 69), além do nobre também destacar o fato de que todos deveriam colaborar para que a conquista fosse levada adiante, além de ressaltar em um tom de ameaça que forçaria a participação daqueles que porventura não aceitassem tal investida, que podemos entender como o rompimento dos pressupostos do contrato feudo-vassálico discutidos anteriormente, caracterizando um ato de traição.

Outro ponto a ser destacado nas palavras deste nobre é o oferecimento do *bovatge*, que se constituía como um “tributo que se pagava aos reis de Aragão por cabeças de gado e por bens móveis (doze dinheiros por parelha de bois)” (VIANNA, 2009a, p. 96, nota 218), o qual “[...] se cobrava somente no início do reinado como deferência ao novo rei e como uma prova popular de submissão.” (FERRO, 1990, p. 178).

Deste modo, Dom Guilherme de Montcada expõe que apesar de Jaime já ter recebido este tributo no início de seu reinado como era de seu direito, ele iria oferecê-lo novamente ao rei, porém desta vez como doação. Assim, podemos conjecturar que esta seria mais uma atitude inserida no âmbito do reconhecimento da autoridade de Jaime I como rei perante seus vassallos.

Após as palavras de Dom Guilherme de Montcada, o arcebispo de Tarragona, Dom Espàrech inicia sua exposição:

— “*Viderunt oculi mei salutare tuum*”. Esta é a palavra de Simeão quando recebeu Nosso Senhor em seus braços e disse: Os meus olhos viram a tua salvação e os meus olhos vêem a vossa salvação. Portanto, eu também afirmo isso, apesar de que a Escritura não diga tal coisa, que ao vermos a vossa vemos a nossa. Porque ela é a vossa salvação, quando vós subirdes em estima, em honra e em valor. Pois, se o vosso valor e a vossa exaltação são obras de Deus, tomaremos-nas por nossas, e este pensamento que vós e estes nobres que estão convosco tendes e quereis iniciar é em honra de Deus e de toda a corte celestial, e é o proveito que vós e vossos homens recebem e receberão neste mundo e no outro que não tem fim. Assim, agrada a Nosso Senhor que esta corte esteja reunida e que esteja ao seu serviço é em proveito de vós e de todos os nobres que aqui estão reunidos. Que cada um dos vossos nobres façam tal oferta, que vós deveis muito agradecer. Quando Deus vos der aquele reino que tens a intenção e haveis de conquistar, e eles convosco, que vós façais bem e repartais as terras e os bens móveis com aqueles que quiserem vos ajudar e servir. E dir-vos-ei, tanto por mim quando pela Igreja de Tarragona, que eu nunca estive em feito de armas e sou tão velho que poderia lutar mal. Mas, sobre meus bens e meus homens, vos dou poder para que vós vos sirvais como faríeis se fossem vossos. E, se algum bispo ou abade quiser ir e vos servir pessoalmente, o que nos agradará muito, lhes damos liberdade da parte de Deus e de nós, em tão boa e ousada ação. E Deus, que veio a terra para nos salvar, vos permitiu fazer este feito e os outros à vontade vossa e nossa. (JAIME I, 2010, capítulo 52, p. 98-99).

Pelas palavras do arcebispo, novamente percebemos um alto tom providencialista no que tange a campanha contra a ilha de Maiorca, com a concessão de um caráter sacro à conquista, imbuindo-a com um tom de cruzada, o que concederia à mesma um grau de legitimação divina.

Além disso, o discurso do arcebispo também ressaltou o papel da nobreza e especialmente do rei como defensores da Igreja, cuja missão era reconquistar as terras ocupadas pelos muçulmanos e entregá-las novamente à Cristandade, assim, “[...] os reis eram justificados por essa tarefa e a extensão dos seus territórios às terras retomadas aos muçulmanos constituía apenas a prova da sua submissão a Deus e aos seus mandamentos.” (RUCQUOI, 1995, p. 215).

O último discurso pronunciado na ocasião das cortes foi o do representante da cidade de Barcelona, Dom Pedro Gruny:

— Senhor, toda a cidade de Barcelona agradece a Deus a boa vontade que Ele vos deu, e temos confiança em Nosso Senhor que vós a concluireis. Oferecemos primeiramente as carruagens, as naves e as embarcações que estão em Barcelona, para vos servir nesta hoste honrada em honra de Deus. E o faremos de tal maneira que reteremos vossa gratidão por todos os tempos pelo serviço que agora faremos. (JAIME I, 2010, capítulo 54, p. 101).

Aqui notamos que são postos à disposição do rei contingentes humanos e navais da cidade de Barcelona para auxiliar na campanha contra a ilha de Maiorca, sendo que tal apoio “[...] seria imprescindível tratando-se da conquista de um reino dentro do mar” (VIANNA, 2009a, p. 72), pois considerando que a cidade de Barcelona ocupava uma posição geográfica costeira, o conhecimento dos cidadãos e comerciantes no que tange ao âmbito naval seria de suma importância para a conquista, pois conforme já discutido anteriormente, apesar da campanha ter se desenvolvido em terra, o traslado até a ilha era um ponto relevante que deveria ser considerado.

Conforme já apresentado anteriormente, a reunião das Cortes Gerais de Barcelona teve fim com o acordo entre o rei e os seus vassallos de que a divisão dos espólios de guerra se daria de acordo com os contingentes militares dispendidos por cada nobre.

2.2.2 A atuação de Jaime I como líder militar

A partir deste ponto, passaremos a analisar os momentos da conquista de Maiorca narrados no Livro dos Feitos, nos quais as ações de Jaime I enquanto líder militar se destacam como elementos importantes para o fortalecimento do seu poder e autoridade real perante seus vassallos, somados com os pontos que destacamos anteriormente no contexto das Cortes Gerais de Barcelona.

Começamos com uma atitude tomada pelo rei durante a batalha de Santa Ponsa, primeira grande batalha da campanha contra a ilha de Maiorca já explicada no tópico contextual, em que Jaime I teria avançado pessoalmente com sua hoste contra os muçulmanos, mesmo com os nobres Dom Guilherme e Dom Ramon de Montcada na dianteira das tropas causando numerosas baixas entre os

muçulmanos, sendo que, de acordo com o relato no Livro dos Feitos, após a vitória na batalha houve um encontro entre o rei e tais nobres

Pode ter sido próximo do pôr do sol quando voltamos à hoste, e Dom Guilherme de Montcada e Dom Ramon de Montcada, com os cavaleiros que estavam com eles, saíram para nos acolher. Nós desmontamos e fomos a pé em direção a eles. Dom Guilherme de Montcada sorriu e nós ficamos alegres, pois tínhamos pavor que nos repreendêssemos. Assim, pensamos não ter ido tão mal como achávamos.

Dom Ramon de Montcada nos disse:

— O que haveis feito? quereis matar a nós e vós? Pois, se vós por má ventura vos perdêsseis, como quase aconteceu agora, a hoste e todos estariam perdidos, e este feito tão bom não seria realizado por nenhum homem do mundo.

Disse Dom Guilherme de Montcada:

— Dom Ramon, o rei cometeu uma loucura, mas ele realizou feitos de armas e bons feitos, e só se irritou assim por não ter ido à batalha. E senhor – disse ele a nós – castigai-vos, pois de vós depende nossa vida e nossa morte. E confortai-vos de uma coisa: ao pordes os pés em terra, já éreis rei de Maiorca; e se morrêseis, morreríeis como o melhor homem do mundo, e se falecêsseis paralítico no leito, mesmo assim esta terra seria vossa, pois vossa já o é.

Disse Dom Ramon de Montcada:

— Senhor, agora é necessário receber conselho para que vós possais proteger esta noite, pois nela se encontra o maior perigo que tereis nesta terra. Pois, se não consideramos bem as coisas de tal modo que nos armamos antes que eles cheguem a nós, todo este feito será destruído. (JAIME I, 2010, capítulo 61, p. 111).

No trecho acima, percebemos que o rei tinha consciência de que suas ações enquanto líder militar da campanha estavam sendo observadas pelos nobres que compunham a sua sociedade política, bem como “[...] se podría pensar que éste realmente pretende que los nobles le reconozcan como un igual en materia militar, con lo que consolidaría su poder y ascendiente sobre todos ellos.” (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 28).

Outro ponto a ser destacado neste excerto são as palavras de repreensão dirigidas por Dom Ramon de Montcada sobre a atitude do rei em avançar pessoalmente contra os inimigos no campo de batalha, suscitando uma preocupação com sua integridade física, o que nos permite entender que a presença do rei ao longo de toda a conquista era muito importante para os seus vassalos, pois, tendo como exemplo a atitude tomada por Jaime I narrada no trecho acima transcrito, “[...] caso o rei perdesse aquela investida todos poderiam morrer e o comando do exército cristão se desestabilizaria; além disso, todos estariam perdidos, pois não teriam mais a liderança de Jaime para a conquista da ilha.” (VIANNA, 2009a, p. 81).

Deste modo, a preocupação expressa nas palavras de Dom Ramon de Montcada, além dos conselhos dados por Dom Guilherme de Montcada no que tange à importância da segurança de Jaime I, evidenciam, a partir da visão narrada pelo rei e da forma como ele desejava ser visto, a importância que os nobres lhe conferiam neste momento. Esse reconhecimento novamente aponta para um processo de fortalecimento do seu poder perante os seus vassallos ao longo da conquista de Maiorca.

Durante os movimentos iniciais da Batalha de Portopí, que também teve a vanguarda liderada por Dom Guilherme e Dom Ramon de Montcada, uma iniciativa tomada por Jaime I e narrada no Livro dos Feitos merece destaque:

Dom Guilherme e Dom Ramon de Montcada acordaram que não parariam até que se encontrassem com os sarracenos na batalha.
 Contudo, chegou um homem nosso e disse:
 — Vejam todos os peões que se vão e que saem da hoste.
 Eles pensavam em fugir. Então, nós cavalgamos em um rocim.
 Dom Rocafort foi conosco, encontrou uma égua e cavalgou-a em pêlo, pois seu cavalo ainda estava na nau. Nós ordenamos que desembarcassem nosso cavalo. Contudo, nos encontramos com nossos serventes, que eram cerca de quatro a cinco mil, e dissemos-lhes:
 — Mau traidores, como podeis ir lá se não tendes cavaleiros e eles matarão a todos?
 Eles ouviram qual razão dizíamos, detiveram-se e disseram:
 — O rei diz a verdade, pois íamos de maneira insensata.
 Assim, os retivemos até que chegaram Dom Guilherme de Montcada, Dom Ramon, o conde de Ampúrias e aqueles de sua linhagem, e dissemos:
 — Vejais aqui os serventes que contivemos e desse modo não se foram.
 Eles responderam:
 — Haveis feito muito bem. (JAIME I, 2010, capítulo 63, p. 114).

Neste excerto percebemos que a atitude do rei em repreender as tropas que marchavam desordenadamente para combater os inimigos demonstra a consciência de sua função enquanto líder militar da campanha com conhecimento de alguns aspectos relacionados às táticas de guerra, pois, de acordo com o trecho acima, Jaime entendeu como uma atitude insensata de alguns integrantes da hoste o ato de marchar sem a presença de cavaleiros, estando a atitude do rei

[...] en consonancia con las tácticas tradicionales de aquella época, en la que la infantería era utilizada como fuerza de cobertura de la caballería pesada y a su vez ésta se encargaba del peso principal de la batalla y de proteger a los infantes ante las cargas del enemigo. (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 35).

Deste modo, percebemos neste trecho um certo nível de amadurecimento do rei enquanto líder da campanha, evidenciando sua atenção com questões estratégicas relativas à mesma, pois “preocupado com estas questões, Jaime não deixara que os peões atacassem sozinhos o exército muçulmano. Por isso, como um rei cavaleiro e pensando nas estratégias da guerra, Jaime os alertara para o perigo que correriam. (VIANNA, 2009a, p. 87).

Além disso, no final do trecho supratranscrito, percebemos que Jaime novamente se preocupa com a reação dos vassalos sobre suas atitudes, considerando que a aprovação por parte dos nobres da sua iniciativa de conter as tropas evidencia que “[...] cada vez mais este amadurecia como um rei natural, feudal e cavaleiro na liderança dos seus vassalos.” (VIANNA, 2009a, p. 88).

Sendo assim, podemos notar no trecho anterior dois fatores que evidenciam uma certa preparação de Jaime no que concerne às estratégias e ao andamento das batalhas: o primeiro se refere à atitude do rei em conter as tropas, o que favoreceu sua imagem no que tange ao domínio dos seus vassalos; e o segundo diz respeito à aprovação da sua atitude por parte dos nobres (VIANNA, 2009a), o que novamente nos autoriza a conjecturar que o fortalecimento de sua autoridade e poder como rei conhece um despontar vigoroso durante a conquista da ilha de Maiorca.

Seguindo a narrativa do Livro dos Feitos, destacamos um momento relatado pelo rei durante a batalha de Portopí, na qual teria ocorrido um diálogo entre ele e um de seus cavaleiros:

Encontramos Guilherme de Mediona, que diziam que submetia um homem como nenhum outro em toda a Catalunha, e que também era um bom cavaleiro. Ele se retirava da batalha e saía sangue do lábio inferior.
E perguntamo-lhes:
— Dom Guilherme de Mediona, por que saístes da batalha?
Ele respondeu:
— Porque estou ferido.
Pensamos que ele estivesse feito de golpe mortal no corpo. E perguntamos:
— E como estais ferido?
— De uma pedrada que me deram acima da boca - ele respondeu.
Então pegamo-lo pelas rédeas e lhe dissemos?
— Retornais para a batalha, pois com tal golpe um bom cavaleiro deve se irritar, não sair da batalha. (JAIME I, 2010, capítulo 64, p. 116).

Neste trecho, encontramos-nos novamente com uma atitude de demonstração de autoridade por parte de Jaime I ao reprovar a atitude do cavaleiro que abandonou a batalha sem ter recebido um golpe mortal, ordenando que o mesmo retornasse ao

combate. Além disso, o rei também demonstra ter consciência dos valores que alicerçavam o código ético da cavalaria neste contexto, dentre os quais figuram a honra, a justiça, a fidelidade, a defesa da Cristandade e “[...] a ‘proeza’, quer dizer, a força física, a coragem e habilidade no combate” (BASCHET, 2006, p. 118). Assim, tal código repudiava “[...] com horror tudo o que pode ser assimilado à covardia, defeito imperdoável nos cavaleiros” (FLORI, 2005, p. 91).

Deste modo, percebemos a partir da análise do trecho anterior que Jaime estava ciente dos valores que deveriam guiar as ações de um cavaleiro e assim, considerando que sua própria educação se deu junto à Ordem dos Cavaleiros Templários, os ensinamentos cavaleirescos que recebeu poderiam ser postos em prática neste contexto do seu primeiro grande feito de armas, pois “[...] Jaime demonstrou que sabia muito bem sobre o dever do cavaleiro e qual era a sua função naquele momento: assim, compreendemos que desejava apresentar-se como um rei cavaleiro.” (VIANNA, 2009a, p. 90).

Ainda durante a batalha de Portopí, também consideramos relevante destacar as atitudes do rei após a morte dos Montcada durante o combate. Após tomar conhecimento do fato e organizar os ritos funerários, Jaime I teria pronunciado o seguinte discurso aos nobres

Barões, estes ricos-homens morreram a serviço de Deus e ao nosso e, se nós pudéssemos redimi-los, se pudéssemos trocar suas mortes pela vida, se Deus nos desse tamanha graça, daríamos tanto de nossa terra que nos tomariam por louco aqueles que ouvissem o que havíamos dado. Mas Deus nos conduziu até aqui, nós e vós, para um tão grande serviço Seu, que não é necessário que ninguém chore ou sinta dor. E mesmo que o pesar seja grande, não externaremos isso em nossos semblantes. Assim, ordeno-vos, pela senhoria que temos sobre vós, que ninguém chore ou sinta dor, porque nós seremos seu senhor, e o lugar que eles vós deviam ter em fazer o bem, nós o faremos. Pois se alguém perder seu cavalo ou qualquer outra coisa, nós o ressarciremos e restituiremos seus bens, de modo que vós não dareis faltar nada a vossos senhores, nem eles estranharão nada. Assim, nós supriremos vossas necessidades, pois a dor que vós sentiríeis seria um desconto para a hoste e vós não teríeis nenhum proveito. Portanto, ordeno-vos, sob pena da natureza que temos sobre vós, que ninguém chore. Sabeis para que deve ser vosso pranto? Para que nós convosco e vós conosco vingamos bem sua morte, para que sirva a Nosso Senhor naquilo para o qual viemos, e para que seu nome seja santificado por todos os tempos. (JAIME I, 2010, capítulo 68, p. 122-123).

Percebemos nessas palavras de Jaime I um certo receio no que tange a reação dos vassallos dos Montcada após a morte dos seus suseranos, o que poderia afetar diretamente o desenvolvimento da campanha, pois “[...] desde el punto de

vista militar, el rey considera que la moral del ejército puede verse enormemente afectada por las manifestaciones de duelo en honor de los caídos.” (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 44).

Em vista disso, percebemos em seu discurso, que o rei não só atribui a morte dos Montcada como um sacrifício em nome de Deus, considerando o contexto de reconquista vigente, mas também se coloca como novo suserano daqueles vassallos, para que juntos pudessem vingar a morte dos que lutaram em nome da fé. Assim, ao preocupar-se com o impacto negativo que a morte de nobres de primeira ordem como os Montcada poderia causar na motivação das tropas, Jaime I demonstrou a consciência do seu papel como líder da campanha e referência para a motivação dos soldados.

Durante o cerco à capital de Maiorca, Jaime I relata no Livro dos Feitos uma suposta estratégia adotada por um grupo de muçulmanos que visava o bloqueio da fonte que fornecia o abastecimento de água às suas tropas, sendo que a atitude tomada pelo rei após tal situação ter sido contornada merece a atenção de nossa análise

Quando estávamos ali, nos aconteceu uma cilada: um sarraceno da ilha, de nome Fátila, reuniu todos os da montanha, que eram cerca de cinco mil, cem a cavalo, e subiu um monte íngreme, sobre a fonte de Maiorca, e ali montou suas tendas, cerca de trinta, trinta e cinco, ou quarenta. Ele fez os sarracenos bloquearem com enxadas a água da fonte que ia para a vila, desviando-a torrente abaixo, para que assim nós perdêssemos aquela água e a não pudéssemos ter. Porém, como vimos que a hoste não poderia suportar isso, fomos aconselhados a ir juntamente com trezentos cavaleiros para combatê-los e recuperarmos a água. Assim, encarregamos a Dom Nuno, e ele se preparou e fizemo-lo ir como líder da campanha. Entre os seus e aqueles que o libertaram, foram com ele cerca de trezentos cavaleiros. Os sarracenos defenderam aquele monte, e os nossos foram em direção a eles, os venceram e conquistaram o monte, capturando e matando Fátila, seu chefe. Morreram com ele mais de quinhentos e os outros fugiram para a montanha. Tomamos suas tendas e saqueamos sua hoste. Depois, trouxeram para a nossa hoste a cabeça de Fátila, que colocamos na funda do *almanjanech* e atiramos dentro da vila. (JAIME I, 2010, capítulo 70, p. 125).

O que nos chama atenção neste episódio narrado no Livro dos Feitos diz respeito à atitude do rei em catapultar a cabeça do líder muçulmano que estava à frente da fracassada tentativa de bloquear o abastecimento de água da hoste cristã, sendo que podemos concebê-la como “uma forma de intimidação do inimigo, uma demonstração de força por meio da violência” (VIANNA, 2009a, p. 100).

Contudo, para que tenhamos uma compreensão mais sólida de tal atitude tomada pelo rei, faz-se necessário tecermos algumas considerações acerca da violência e do seu uso neste contexto, posto que, de acordo com Gauvard (2002, p. 202) “para compreender o lugar ocupado pela violência na Idade Média, convém se desfazer de todos os lugares comuns”.

Deste modo, convém iniciarmos tais considerações com a ressalva de que a concepção e uso da violência no Medievo não devem ser analisados a partir dos pressupostos que temos sobre as mesmas na coetaneidade, uma vez que também devemos nos desvencilhar do pré-conceito de que na Idade Média havia o uso desenfreado e ilimitado de práticas violentas completamente condenáveis atualmente, pois, em ambas situações, estaríamos pecando por anacronismo.

Em contrapartida, devemos entender que para a sociedade medieval, “[...] a violência é o resultado de um encadeamento de fatos necessários à manutenção da honra ou do renome [...]” (GAUVARD, 2002, p. 606), o que demonstra a compreensão, para os medievais, de que havia um tipo de violência considerada lícita.

Destarte, podemos conjecturar que a atitude tomada por Jaime I em arremessar a cabeça do líder Fátima para o interior da capital da ilha pode ser entendida como parte de uma estratégia de demonstração de seu poder através da força, perante não só os inimigos, mas também de seus próprios vassalos que observavam suas ações enquanto líder militar da campanha.

Como vimos anteriormente, durante a conquista da ilha de Maiorca por Jaime I e suas tropas houve tentativas de negociação entre as partes visando cessar as hostilidades entre as hostes cristã e muçulmana. Duas destas tentativas de negociação narradas no Livro dos Feitos merecem destaque no âmbito do fortalecimento do poder de Jaime enquanto rei, devido às atitudes que tomou diante das mesmas.

Começemos por analisar a tentativa frustrada de negociação engendrada pelos cavaleiros Dom Guilherme de Alagón e Dom Pedro Cornel, muçulmano e cristão respectivamente, relatada por Jaime I no Livro dos Feitos:

— Guilherme de Alagón, chamado de Maomé, enviou-me mensagem duas vezes, pois deseja falar comigo. E se vós o quereis eu falarei, pois talvez descubramos algo que seja proveitoso. Nós dissemos que isso nos aprazia. E para lá foi. No outro dia, bem cedo, ele retornou, disse-nos tudo o que Guilherme de Alagón dissera: que

primeiramente fora cristão e cavaleiro, e depois se tornou sarraceno. E disse assim: que acordaria com o rei de Maiorca e com todos os sarracenos e os xeques da vila e da terra, para pagarem todos os gastos que os ricos-homens tinham feito pela passagem, e que nos deixariam embarcar seguros e sem risco, que isso nos asseguraria de tal maneira que nós poderíamos ficar tranquilos. (JAIME I, 2010, capítulo 75, p. 131).

Percebemos pelo trecho acima que a proposta de negociação previa a desistência por parte das tropas de Jaime I, assim como o abandono da campanha, com o ressarcimento de todos os gastos dispendidos para a expedição de conquista da ilha.

A atitude tomada pelo rei Jaime diante de tal proposta está expressa na resposta dada ao cavaleiro Dom Pedro Cornel:

— Dom Pedro Cornel, nos maravilhamos fortemente convosco por tal pleito que falastes, porque prometemos a Deus, pela fé que Ele nos deu e confiou que, mesmo que nos dessem tanta prata que cobrisse desde aquela montanha até a hoste, nós não a receberíamos; tampouco podem oferecer-nos algum pleito sobre Maiorca antes de tomarmos a vila e o reino. Porque nunca retornaríamos à Catalunha sem passarmos antes por Maiorca. (JAIME I, 2010, capítulo 75, p. 131-132).

A partir da análise do trecho acima, percebemos que a recusa imediata de Jaime I no que tange a proposta de abandonar a campanha, mesmo com todos os gastos ressarcidos e com a garantia de uma passagem segura no retorno à península, demonstra a consciência do rei quanto à importância que tal conquista representaria para o seu reinado.

Nesta linha, cruzando a análise do trecho acima com a tessitura contextual apresentada no item anterior, conjecturamos que dois pontos se constituíram como fundamentais para a imediata recusa desta proposta por parte de Jaime I: o primeiro diz respeito a uma questão estratégica, pois o rei tinha consciência de que a incorporação da ilha aos domínios da Coroa de Aragão “[...] proporcionaria, além de glórias e honra, um bom rendimento para a Coroa e para os vassallos do rei” (VIANNA, 2009a, p. 106), considerando que o reino passava por uma delicada situação financeira desde a derrota de Pedro II na batalha de Muret, além do que, de acordo com o relato do Livro dos Feitos, até o momento em que tal proposta chegou ao rei, suas tropas estavam alcançando considerável êxito militar sobre os muçulmanos na campanha.

O segundo fator, que consideramos como o mais relevante, diz respeito ao próprio impacto que um possível aceite da proposta causaria na tessitura política da campanha, especialmente na relação entre Jaime e a sua sociedade política catalano-aragonesa. Devemos recordar que a conquista da ilha de Maiorca, além de ser o seu primeiro grande feito bélico, ocorreu logo após um período de grande instabilidade política entre Jaime e seus vassalos. Sendo assim, muito provavelmente o rei sabia que as decisões que tomaria ao longo do desenvolvimento da campanha afetariam diretamente o fortalecimento ou enfraquecimento do seu poder e autoridade enquanto rei. Deste modo, aceitar a rendição e abandonar a campanha seria uma demonstração de fraqueza diante não só dos seus vassalos, mas também dos inimigos.

Apesar da imediata recusa de Jaime I em abandonar a campanha, novas tentativas de negociação engendradas pelo rei maiorquino ocorreram logo em sequência. De acordo com as informações do Livro dos Feitos, o rei de Maiorca solicitou que Jaime enviasse o nobre Dom Nuno para que escutasse o que tinha a dizer. Assim, a fonte nos apresenta o seguinte discurso atribuído ao rei maiorquino dirigido ao rico-homem Dom Nuno:

— Eu não creio ter errado com vosso rei. Portanto, maravilho-me quão fortemente ele se enfureceu contra mim a ponto de desejar tomar-me o reino que Deus me deu. Rogo a vós que o aconselhais a não desejar tomar a minha terra, e ese ele ou vós tivestes algum gasto para vir até aqui, eu e a minha gente da terra o ressarciremos. Caso ele e todos os que vieram aqui com ele forem embora no bem e na paz, ninguém lhes fará nada, a não ser dar prazer e amor. E que o rei retorne, pois ainda que nós e a gente da terra tivéssemos que pagar uma soma tão elevada, o faríamos em cinco dias, pois graças a Deus temos o suficiente em armas, comida e todo o necessário para defender a cidade. E para que melhor creiais nas palavras que vos dissestes, que vosso senhor o rei envie dois ou três homens de sua confiança, pois por minha cabeça, vos asseguro que poderão vir e voltar são e salvos, pois mostraremos nossas provisões e armas. E se não for assim como dizemos, que ele não atenda o pleito que propomos. Saibais que não nos importa que tenhais derrubado as torres que demoliram, pois não temos pavor que por ali possam entrar na cidade. (JAIME I, 2010, capítulo 76, p. 132-133).

Nestas palavras supostamente proferidas pelo rei de Maiorca, alguns pontos merecem ser destacados. Primeiro, o rei deixa claro que não compreendia as motivações que levaram Jaime I a iniciar uma campanha militar para conquistar o seu reino, ao mesmo tempo em que reapresentou a proposta de rendição remunerada da hoste de cristã, mas desta vez em um tom de ameaça, justificada

pela ressalva de que as tropas muçulmanas possuíam recursos suficientes para resistir ao cerco.

Levando com consideração, as sucessivas derrotas sofridas pelos muçulmanos nas batalhas decorridas durante a campanha, podemos conjecturar que tais palavras do rei de Maiorca estavam inseridas numa estratégia de intimidação das tropas invasoras, esperando ter como resultado o abandono da campanha por parte de Jaime I.

Em seguida, Dom Nuno se pôs a responder:

— Quando dissestes que não haveis cometido um grande erro com nosso rei, sim que cometestes, pois tomastes uma embarcação de seu reino com grandes haveres de mercadoria que levavam os mercadores; o rei vos enviou uma mensagem e vos rogou muito amorosamente através de um homem de sua casa de nome Jacques, mas vós respondestes-lhe muito brava e duramente, perguntando quem era aquele rei que reclamava aquela embarcação. (JAIME I, 2010, capítulo 77, p. 133).

Como visto no trecho acima, Dom Nuno fez questão de destacar uma das motivações que desencadearam a campanha, a pirataria cometida por maiorquinos contra embarcações do reino de Aragão, que considerou com um “mal” feito pelo rei de Maiorca contra Jaime I. Neste espectro, tal resposta de Dom Nuno confirma o fator da pirataria como um dos determinantes para o início da campanha contra Maiorca, conforme apresentamos no item destinado ao contexto histórico da conquista, o que também justifica o forte interesse comercial por parte da nobreza catalã para que tal pleito se realizasse, conforme destacamos no início.

Além disso, Dom Nuno também expôs um ponto de grande importância para nossa análise:

Além disso, vos respondemos que nosso senhor, o rei, é jovem, pois não tem mais que vinte e um anos, e esta é a primeira coisa que começou. Assim, saibais que é de seu coração e de sua vontade que por nada no mundo partirá daqui até que tenha o reino e a terra de Maiorca. E mesmo que o aconselhássemos, sabemos que por certo ele não faria nada. A esse respeito, vós podeis falar, e falais, mas não será nada, já que ele não o fará, nem nós o aconselharemos. (JAIME I, 2010, capítulo 77, p. 133-134).

Percebemos nas palavras atribuídas a Dom Nuno a evocação da importância simbólica que a conquista da ilha de Maiorca representava para o jovem rei Jaime I como seu primeiro feito bélico ao afirmar que o mesmo não abandonaria a campanha até obter o controle da ilha. Nessas palavras encontramos mais um forte

sustentáculo para a conjectura que traçamos anteriormente sobre o impacto negativo que um possível aceite de tal proposta traria para o reinado de Jaime I, sendo que novamente ressaltamos o papel da campanha contra a ilha de Maiorca como palco onde suas ações enquanto líder seriam determinantes para o fortalecimento de seu poder e autoridade enquanto rei.

Seguido a narrativa do Livro dos Feitos, esta foi supostamente a tréplica do rei de Maiorca diante das palavras de Dom Nuno:

— Por essas palavras, não desejais seguir o que dissemos. Assim, eu farei o seguinte: dar-lhe-ei cinco besantes por cada cabeça de homem, de mulher e de crianças, e desampararei a vila; além disso, que ele nos dê essas naves e barcos que tem, com os quais nós passaremos para a Berbéria, e aqueles que desejarem permanecer, que permaneçam. (JAIME I, 2010, capítulo 78, p. 134).

Neste trecho percebemos que o rei de Maiorca apelou para talvez a sua última opção visando acabar com a campanha sem que fosse pessoalmente prejudicado pela mesma. Nele podemos entender que o líder maiorquino talvez já contava com a possibilidade de apresentar tal proposta de rendição por sua parte caso as negociações anteriores tivessem fracassado, o que de fato ocorreu e que também nos dá margem para entender que suas tropas não suportariam por muito mais tempo o cerco de Jaime I à capital da ilha, o que faz cair por terra sua declaração anterior de que os supostos recursos de armas e alimentos que possuía sustentariam a defesa contra o cerco.

De acordo com a narrativa do Livro dos Feitos, diante de tal proposta de rendição dos inimigos, Dom Nuno retornou ao acampamento cristão para repassá-la ao rei Jaime I que de imediato convocou o conselho dos nobres para que uma decisão fosse tomada.

Durante essa reunião, as opiniões sobre o aceite ou não da proposta de rendição do rei maiorquino foram divididas entre os nobres da hoste. De sua parte, Dom Nuno supostamente teria dito o seguinte discurso:

— Barões, viemos aqui para servir a Deus e a nosso senhor o rei, que aqui está; e ele veio, e nós com ele, para tomar Maiorca. Parece-me que, se nosso senhor o rei fizer tal pleito que ofereceu o rei de Maiorca, cumprirá aquilo para qual veio. E eu não desejo dizer mais, falador que sou das novidades; que sede vós os que dêem vosso conselho. (JAIME I, 2010, capítulo 78, p. 135).

Diante de tais palavras do nobre Dom Nuno, percebemos que o mesmo era favorável a aceitar a proposta de rendição do rei de Maiorca, sendo que podemos considerar como um ponto relevante para justificar tal posição deste nobre o fato de que uma campanha militar neste contexto demandava um alto custo financeiro aos envolvidos, além do que, “de todas as operações militares a prática de um cerco seria a mais dispendiosa para o reino, já que era impossível determinar quanto tempo duraria. Efetivamente, quanto mais tempo demorasse, maiores seriam os gastos.” (COSTA, 2014, p. 12).

Em contrapartida, o Livro dos Feitos também nos traz os discursos proferidos em tal reunião pelos nobres Dom Ramon Alamano, Dom Guerau de Cervelió e Dom Guilherme de Claramunt, cuja opinião, juntamente com grande parte da parcela catalã da hoste influenciariam diretamente a decisão final de Jaime I no tange ao que fazer diante de tal proposta do rei de Maiorca

— Vós, senhor, passais aqui, e nós convosco, para servir a Deus. E haveis perdido aqui, pois morreram em vosso serviço tais vassalos que nunca nenhum rei teve melhores. E Deus deu-vos tempo para que vos vingueis, e vingando-vos tereis toda a terra. Pois o rei de Maiorca tem tão grande senso e conhece a terra de Maiorca que, se passar para a Berbéria com o que sabe dizer e com o conhecimento que tem, atrairá tantos sarracenos para esta terra que, assim como vós ganhastes com a ajuda de Deus e de nós, vós poderíeis impedir tudo o que ele poderia tomar. Desse modo, como tendes tempo, vingai-vos deles e tomai a terra, pois não tereis que temer a Berbéria. Dom Guerau de Cervelió e Dom Guilherme de Claramunt disseram, todos de uma só vez:

— Senhor, por Deus vos suplicamos que vos recorde de Dom Guilherme de Montcada, que tanto vos amava e vos servia, de Dom Ramon e dos outros ricos-homens que estão mortos com ele no campo. (JAIME I, 2010, capítulo 78, p. 135-136).

Este trecho do Livro dos Feitos que congrega as opiniões de nobres contrários a uma possível aceitação da proposta de rendição do rei de Maiorca nos evidencia um cenário de pressão sobre a decisão que o rei Jaime I tomaria, uma vez que a mesma influenciaria diretamente seu poder e autoridade enquanto rei.

Se levarmos em consideração a discussão que trouxemos acima acerca dos altos gastos que uma guerra de tal magnitude como a conquista de Maiorca custava para a Coroa, talvez fosse benéfico a Jaime I aceitar a rendição do rei de Maiorca visando evitar mais gastos.

Contudo, a pressão dos nobres e da parcela catalã da hoste no que tange a uma vingança pela morte dos Montcadas também se constituía como um fator

relevante a ser ponderado sobre a decisão do rei, quiçá mais importante que a questão econômica envolvida em um contexto de guerra, considerando a discussão que trouxemos no início sobre a importância do equilíbrio de poder entre a monarquia e a sua sociedade política, levando em conta, especificamente no caso de Jaime I, o complicado relacionamento com a nobreza durante o início do seu reinado.

Além disso, também é importante destacar o reavivamento que as palavras do nobre Dom Ramon Alamano engendraram no receio do rei Jaime I sobre a possibilidade do rei de Maiorca conquistar apoio de Túnis, no norte da África, fator que também consideramos relevante na posterior decisão tomada por Jaime I.

Na sequência da narrativa do Livro dos Feitos, após as palavras dos nobres, Jaime I inicia seu discurso, o qual traz uma decisão diante de tal situação:

— Nós, sobre a morte dos ricos-homens, não podemos dar nenhum conselho, pois Deus deseja ordenar que isso seja feito até que seja cumprido, mas de acordo com a nossa maneira de vir a esta terra para servir a Deus, para conquistá-la, e para que Nosso Senhor cumpra a nossa vontade. Aquele pleito se fazia para que nós viéssemos ganhar a terra e, por outro lado, ter grandes haveres, pois parecia agradável que nós devêssemos tomá-lo. Os que estão mortos têm mais a terra que nós, pois têm a glória de Deus. Contudo, o conselho que dou, vos dou para garantir o conselho que vós me dais. Então, toda aquela linhagem e os bispos, a uma só voz, disseram que mais valia tomarmos a vila pela força do que realizar aquele pleito. Então enviamos uma mensagem ao rei de Maiorca para que ele fizesse o que pudesse, pois nós faríamos o que podíamos. (JAIME I, 2010, capítulo 79, p. 136).

No trecho acima, percebemos que a decisão final de Jaime no que tange ao aceite ou não da proposta de rendição do rei de Maiorca foi favorável a continuação da campanha. Nesta linha, desconsiderando o caráter providencialista característico de uma crônica tardo-medieval imbuído nas palavras de Jaime, apesar do rei aparentemente não ter levado em consideração a morte dos Montcadas em sua decisão, percebemos que este foi um fator de suma importância que influenciou a mesma, especialmente levando em conta a conturbada relação, já discutida anteriormente, com a nobreza, a qual não só o acompanhava neste seu primeiro grande feito bélico, como também observava suas ações enquanto líder da campanha. Assim, compreendemos a partir de nossa análise, que um possível aceite da rendição do rei de Maiorca, tendo em vista o desejo de vingança dos nobres catalães pela morte dos Montcadas, enfraqueceria seu poder enquanto rei

por aceitar o pleito de um líder inimigo muçulmano cujas tropas foram responsáveis pela morte de nobres cristãos de grande prestígio na Catalunha como os Montcadas.

Deste modo, após todas as tentativas de negociação discutidas e analisadas anteriormente terem falhado, Jaime I traz no Livro dos Feitos o relato da reunião de seu conselho quatro dias antes do ataque final da capital de Maiorca:

Assim, no quarto dia, antes que se fizesse a invasão da cidade, foi acordado entre nós, os nobres e os bispos, que fizéssemos um Conselho Geral, e que naquele Conselho todos jurássemos sobre os santos Evangelhos e sobre a cruz de Deus que, quando entrássemos em Maiorca e a invadíssemos, nenhum rico-homem, nem cavaleiro, nem homem a pé voltasse atrás, pois já teria sido movido a entrar na cidade, e que ninguém se detivesse enquanto não recebesse um golpe mortal; e que se houvesse recebido um golpe mortal e tivesse por perto algum parente ou algum homem da hoste, que este o deixasse em alguma parte ou em algum lugar para que descansasse, mas que todos fossem adiante e entrassem na vila pela força, sem girar a cabeça ou o corpo para trás; e quem fizesse de outra maneira, que fosse considerado traidor, da mesma forma que aqueles que matam seu senhor (JAIME I, 2010, capítulo 81, p. 138-139).

Neste trecho podemos perceber que definitivamente a conquista seria levada até as últimas consequências, culminando na invasão final da capital da ilha no dia 31 de dezembro de 1229, ao passo que os poucos focos de resistência remanescentes seriam sufocados nos próximos dois anos seguintes.

Em suma, tendo como sustentáculo a análise do Livro Dos Feitos de D. Jaime I de Aragão, que traz o relato de momentos importantes da campanha contra a ilha de Maiorca, especialmente o posicionamento de Jaime I diante de algumas situações ocorridas durante tal conquista, entendemos que esta campanha não se constituiu apenas como a anexação de um novo território para a Coroa de Aragão, mas também se apresentou como uma oportunidade de afirmação política do rei Jaime I (VIANNA, 2009), cujas ações enquanto líder militar da mesma constituíram-se, de acordo com nossa análise, como degraus que alçaram o fortalecimento do seu poder e autoridade enquanto um rei, não somente perante seus vassallos que o acompanharam na campanha, mas também frente aos inimigos e aos demais reinos da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passando os primeiros anos de sua vida na fortaleza de Carcassone sob a tutela do conde francês Simon de Montford, Jaime vivenciou o contexto da Cruzada Albigense na região do Languedoc, na qual seu pai, Pedro II, empenhou-se para defender seus vassalos das incursões lideradas por Montford, com aval da Santa Sé e da coroa francesa, visando extirpar a heresia cátara da região, além de estender o domínio francês para o sul.

O acordo firmado entre Montford e Pedro II que levou Jaime a permanecer sob a tutela do conde francês visava, pelo lado do conde, a neutralização do apoio aragonês ao conde de Toulouse, principal agente da resistência à Cruzada, assim como a consolidação do domínio de Montford sob as terras já conquistadas, e pelo lado aragonês, a possibilidade de estabelecer a paz na região.

Contudo, mesmo com este acordo firmado, Montford não cessou as incursões em territórios vassalos da Coroa de Aragão, criando novamente um clima de hostilidade com Pedro II, cujo herdeiro agora se constituía como um valioso refém nas mãos do conde francês.

Cumprindo suas obrigações como suserano, Pedro II partiu em campanha para barrar os avanços de Montford que chegou a ocupar o castelo de Muret visando a posterior conquista do condado de Toulouse, mas em 1213 o rei aragonês foi morto frente às tropas francesas.

Com a morte do rei aragonês e o herdeiro ao trono refém na fortaleza de Carcassone, uma embaixada organizada pela nobreza catalano-aragonesa solicitou a intervenção do papado visando resolver tal situação.

Inocência III, que então ocupava o pontificado, atendeu aos apelos nobiliárquicos em 1214 e solicitou ao conde Montford que Jaime fosse devolvido à Aragão. Assim, neste mesmo ano, o infante assumiu o trono durante as Cortes Gerais de Lérida, sendo logo em seguida entregue ao mestre do templo em Monzón para que este se encarregasse de sua educação.

Neste ínterim, o seu tio avô, o conde Sancho Raimundo, assumiu a regência dos domínios da Coroa, e insistiu em novas incursões no Languedoc, visando retomar o condado de Toulouse controlado por Montford, o que levou ao descontentamento não só do papado, mas também de uma parcela da nobreza catalano-aragonesa, que provocou a sua renúncia em 1218, seguida da declaração

de maioria de Jaime I, o qual passou a governar com o auxílio de um conselho nobiliárquico.

A partir de então, a oposição, engendrada principalmente pelo núcleo nobiliárquico aragonês foi dirigida ao jovem rei que teve de lidar com diversas revoltas, chegando mesmo a ser aprisionado durante uma delas. Contudo, com o passar dos anos, soube contornar tal situação até atingir o ponto nevrálgico da imposição do Tratado de Alcalá em 1227, que pacificou a situação interna do reino, possibilitando a retomada da política externa expansionista.

Deste modo, em 1228 na Catalunha, as primeiras discussões sobre uma possível campanha militar de expansão começaram a surgir entre o círculo nobiliárquico catalão, que logo tratou de apresentá-la ao rei, tendo como alvo a ilha de Maiorca no mar Mediterrâneo.

Devido a fatores políticos, nobiliárquicos, religiosos e estratégicos, Jaime convocou a reunião das Cortes Gerais de Barcelona para que a proposta de expansão fosse apresentada, discutida e planejada, que frutificou com a concordância dos membros sobre uma campanha militar visando conquistar a ilha de Maiorca, o que ocorreria no ano de 1229.

Após algumas batalhas que causaram baixas em ambos os lados, as tropas de Jaime I invadiram e conquistaram a capital da ilha em 31 de dezembro de 1229, contudo pelos próximos três anos ainda foram necessárias incursões para sufocar os últimos redutos resistentes, que caíram em 1232.

Tal campanha militar que culminou na incorporação da ilha de Maiorca aos domínios da coroa de Aragão, ocupou um papel de suma importância no processo de fortalecimento do poder e autoridade de um rei que passou os primeiros anos de sua infância em um território estrangeiro, afastado das relações com a sua sociedade política catalã e aragonesa, cujos interesses foram alinhados neste projeto militar de nuances cruzadísticas.

Sendo o seu primeiro grande feito bélico, no qual teve não só de mobilizar o apoio de seus vassalos, mas também liderar a campanha considerando sua posição como rei, compreendemos que a conquista da ilha de Maiorca figurou como uma oportunidade para que Jaime I se afirmasse politicamente, uma vez que suas ações militares, políticas e diplomáticas empreendidas ao longo da campanha alavancaram o fortalecimento do seu poder e autoridade régia após um período de fortes

conturbações internas, perante não somente a sociedade política que o cercava, mas também frente aos demais reinos de sua época.

FONTE DOCUMENTAL

ARAGÃO, Jaume de. **Livro dos Feitos**. Tradução de Luciano José Vianna e Ricardo da Costa. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2010.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Ruiz de; GARCIA DE CORTÁZAR, José Angel; MUÑOZ, José Ángel Sesma. **Manual de Historia Medieval**. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

ALVIRA CABRER, Martín. La Cruzada contra los Albigenses: historia, historiografía y memoria. **Clío & Crímen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango**, Espanha, n.6, p.110-141, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/UggGpT>>. Acesso em 15 jan. 2018.

_____. Itinerarios entre batallas. Los desplazamientos de Pedro el Católico, rey de Aragón y conde de Barcelona, de julio de 1212 a septiembre de 1213. **De Medio Aevo**, Madrid, v. 2, n. 1, p. 1-42, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/fMxnd4>>. Acesso em 15 jan. 2018.

ARÁNDEZ, Álvaro Santamaria. Determinantes de la conquista de Baleares. **Mayurca: Revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts**, Mallorca, n. 8, p. 65-133, 1972. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2330449>>. Acesso em 18. jan. 2018.

ARREGUI, Manuel Ortuño. Los Templarios em la Corona de Aragón. **Revista de Claseshistoria**, Espanha, n. 5, p. 1-18, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5170748>>. Acesso em 18 jan. 2019.

BARROS, José D' Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Escrias: Revista do curso de História de Araguaiana**, v. 1, 2009, p. 1-26. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>>. Acesso em 23 fev. 2019.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

BLEYE, Pedro Aguado. **Manual de História de España**. Madrid: Espasa-Calpe, 1958).

CLARAMUNT, Salvador. La nobleza en Cataluña durant el reinado de Jaime I. In: SARASA SANCHEZ, Esteban (Coord.). **La sociedad en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009, p.219-229.

COSTA, Bárbara Petrócia Leite. **Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)**. 2014. 244 p. Dissertação (Ciclo de Estudos em Arqueologia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/tC47hk>>. Acesso em 10 fev. 2018.

COSTA, Ricardo da. **A guerra na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paratodos, 1998.

_____.; VIANNA, Luciano José. A obra. In: In: **Livro dos Feitos** - Tradução de Luciano José Vianna e Ricardo da Costa. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2010.

_____. Jaume I. In: **Livro dos Feitos** - Tradução de Luciano José Vianna e Ricardo da Costa. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2010.

DEMURGER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo: Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras ordens militares na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ESTEBAN RIBAS, Alberto Raúl. El libre del feits: Los hechos militares. **Revista de Historia Militar**, Espanha, n.109, p.11-47, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/xu7pjT>>. Acesso em 16 jan. 2018.

_____. La espada y la cruz: la batalla de Muret. **Revista de Historia Militar**, Espanha, n.104, p.11-72, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/5gUu4X>>. Acesso em 10 jul. 2018.

FATÁS, Guillermo. **Prontuario aragonés del Reino e la Corona de Aragón**. Espanha: Cortes de Aragón Parlamento, 2014. 69 p. Disponível em: <<http://www.cortesaragon.es/fileadmin/DMZMedia/informatica/descargas/prontuarioAragones.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Espanha, v. 28, p. 155-176, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0505110155A/21845>>. Acesso em 11 mai. 2018.

_____. As elites políticas e a conceito de fronteira na Península Ibérica Medieval. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXX, p. 7-32, 2004. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/2362>>. Acesso em 11 mai. 2018.

FERRO, Marcelo. **Otra historia de Cataluña**. Barcelona: Editorial Acervo, 1990, p. 178.

FERNÁNDEZ, Luis Suaréz. **Historia de España: edad media**. Madrid: Gredos, 1970.

FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Tradução de Eni Tenório dos Santos – São Paulo: Madras, 2005.

GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la *chronica*, las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.

GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clío & Crímen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango**, Espanha, n.6, p.142-215, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3158663>>. Acesso em 16 jan. 2018.

GAUVARD, Claude. Violência. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coords). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. 2. São Paulo: Edusc, 2002.

GEACRON. **World History Maps & Timelines**. Disponível em: <<http://geacron.com/home-en/>>. Acesso em 18 jan. 2018.

GERBERT, Marie Claude. **Las noblezas españolas em la Edad Media: siglos XI-XV**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

GONZÁLEZ ANTÓN, L. **La revuelta de la nobleza aragonesa contra Jaime I en 1224-1227**. Homenaje a Don José María Lacarra en su jubilación del profesorado. Zaragoza, 1977. Disponível em: <<https://goo.gl/XUSHLf>>. Acesso em 10 fev. 2018.

GOOGLE INC. **Google Maps**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em 18 jan. 2018.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. O discurso cronístico e a narrativa histórica. In: MARCHINI NETO, Dirceu e NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Orgs.). **A Idade Média: entre a história e a historiografia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, p.57-58.

JIMÉNEZ, Manuel Gonzáles. Sobre La ideologia de La Reconquista: Realidades y Tópicos. **Memória, mito y mentalidade en la Historia Medieval: XIII Semana de Estudios Medievales**, Nájera, p.157-170, 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=814513>>. Acesso em 18 jan. 2018.

LADERO QUESADA, M. A. Historia Institucional y política de la Península Iberica en la Edad Media. **En la España Medieval**, Madrid, 23, 2000, p. 462. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0000110441A>>. Acesso em 11 mai. 2018.

LOYN, Henry R. (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MARTIN, George R. R.. **A Guerra dos Tronos**. Tradução de Jorge Candeias. São Paulo: LeYa, 2015.

MENDONÇA, Camila Dabrowski de Araújo. **A Monarquia Aragonesa e os inimigos da Cristandade: duas imagens da atuação de Pedro II de Aragão nas crônicas medievais**. 2011. 56 p. Monografia (Graduação em História) - Setor de Ciências

Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/8JRk1b>>. Acesso em 18 jan. 2018.

MOCELIM, Adriana. **“Segundo conta a estória...” A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. 2013. 318 p. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30649/R%20-%20T%20-%20ADRIANA%20MOCELIM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 23 fev. 2019.

MUÑOZ, José Ángel Sesma. La monarquía aragonesa. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban (coord). **Monarquía, crónicas, archivos y cancellerías en los reinos hispano-cristianos: siglos XIII-XV**. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2014, p.69-76).

RIBAS, André Akamine. **Os Pobres e os Perfeitos: Dominicanos e Albigenses no Languedoc, 1206-1217**. 2003. 65 p. Monografia (Graduação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SABATÉ I CURULL, Flocel. Catalunya Medieval. In: BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006.

_____. Estamentos, soberanía y modelo político en la Cataluna bajomedieval. **Aragón en la Edad Media**, Zaragoza, n. 21, 2009, p. 245-278. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3247934>>. Acesso em 21 ago. 2018.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban. La construcción de uma memoria de identidad. El género historiográfico em la Edad Media: de lo europeo a lo hispano. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (coords.). **Actas: Los espacios de poder em la España Medieval: XII Semana de Estudios Medievales**, Espanha: Instituto de Estudios Riojanos, 2002, p. 409-424. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=293648>>. Acesso em 18 fev. 2019.

SMITH, Damian J. Los Orígenes y el significado de la Batalla de Muret. **Revista Chilena de Estudios Medievales**, Santiago, n. 5, p. 73-90, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ugm.cl/index.php/rcem/article/view/27>>. Acesso em 10 fev. 2018.

SOLER, Andres Giménez. **La edad media em la Corona de Aragón**. Barcelona: Labor, 1944.

SILVA, Lucas Augusto Tavares. A Reconquista Cristã: uma missão divina na Península Ibérica (VIII-XV). **Revista de História Helikon**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2015, p. 123-137. Disponível em: <<http://twixar.me/6YbK>>. Acesso em 18 fev. 2018.

UTRILLA UTRILLA, J. F., Aragón de reino a corona: hacia la construcción de un estado y sociedad feudales: una síntesis interpretativa. In: **XVI Jornadas de Canto Gregoriano**, Zaragoza, p. 149-170, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/44/09utrilla.pdf&ved=2ahUKEwjI_led4MrgAhU2GrkGHfNTBrsQFjACegQIBRAB&usq=AOvVaw1QLnAGfrTvqAi_Vv0lIZVA>. Acesso em 18. jan. 2019

UTRILLA UTRILLA, Juan F.. La nobleza aragonesa y el Estado en el siglo XIII: Composición y comportamientos políticos. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban (Coord.). **La sociedad en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009, p.199-218.

VIANNA, Luciano José. Ah, Santa Maria, Ajudai aos Nossos, pois parece que o Encontro já começou: A batalha de Portopí na Conquista de Maiorca (1229). **Sinais: Revista Eletrônica**, Vitória, v.1, n.4, p.56-70, 2008. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2875/2341>. Acesso em 15 jan. 2018.

_____. A Reconquista no Livro dos Feitos (c.1252-1274) de Jaime I (1208-1276), o Conquistador. In: VI Semana de Estudos Medievais - Programa de Estudos Medievais, 2007, Rio de Janeiro. **Atas da VI Semana de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro, v.1, p.447-454, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/BKr73J>>. Acesso em 15 jan. 2018.

_____. **Pelos Céus e pela Terra: a conquista de Maiorca como legitimidade do rei Jaime I, o Conquistador (1208-1276)**. 144 p. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009a. Disponível em: <www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS/detalhes-da-tese?id=3474>. Acesso em 15 jan. 2018.

_____. Rei natural, rei feudal, rei cavaleiro: os primeiros anos do rei Jaime I, o Conquistador. **Revista de lenguas y literaturas catalana, gallega y vasca**, Madrid, v. 14, p.103-138, 2009b. Disponível em: <<https://goo.gl/yeVXnk>> . Acesso em 15 jan. 2018.

VILLACANAS, José Luis. **Jaume I el Conquistador**. Barcelona: Espasa Calpe, 2004.

